

# Relatório e Contas 2011



# Relatório e Contas 2011

## Índice

<b>Síntese de Dados/Indicadores</b>	<b>1</b>
<b>Mensagem do Presidente</b>	<b>3</b>
<b>Apresentação da Empresa</b>	<b>4</b>
Breve Historial	4
Estrutura Accionista	4
Orgãos Sociais	4
<b>Objecto da Sociedade</b>	<b>5</b>
<b>Missão e Posicionamento Estratégico</b>	<b>6</b>
Missão	6
Visão	6
Valores	6
Objectivos Estratégicos	7
<b>Síntese de Actividade em 2011</b>	<b>8</b>
Envolvente Exterior	8
Enquadramento Macroeconómico	8
Enquadramento Local	10
Regulação	11
Estrutura Organizacional	12
Organograma	12
Competências	12
Recursos Humanos	15
Regras Societárias	16
Principais Acontecimentos em 2011	17
Factos Relevantes	17
Desempenho da Empresa	18
Análise Económico Financeira	26
Análise Custos e Proveitos	26
Análise do Balanço	28
Indicadores Económico-Financeiros	29
<b>Perspectivas para o Futuro</b>	<b>30</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>31</b>
<b>Outras Informações</b>	<b>32</b>
<b>Proposta de Aplicação de Resultados</b>	<b>33</b>
<hr/>	
<b>Contas do Exercício de 2011 e Respectivo Anexo</b>	<b>34</b>
Balanço	
Demonstração dos Resultados por Natureza	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Demonstração das alterações no Capital Próprio	
Anexo às Demonstrações Financeiras	
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Certificação Legal das Contas	

84  
R.

# Síntese de Dados/Indicadores



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

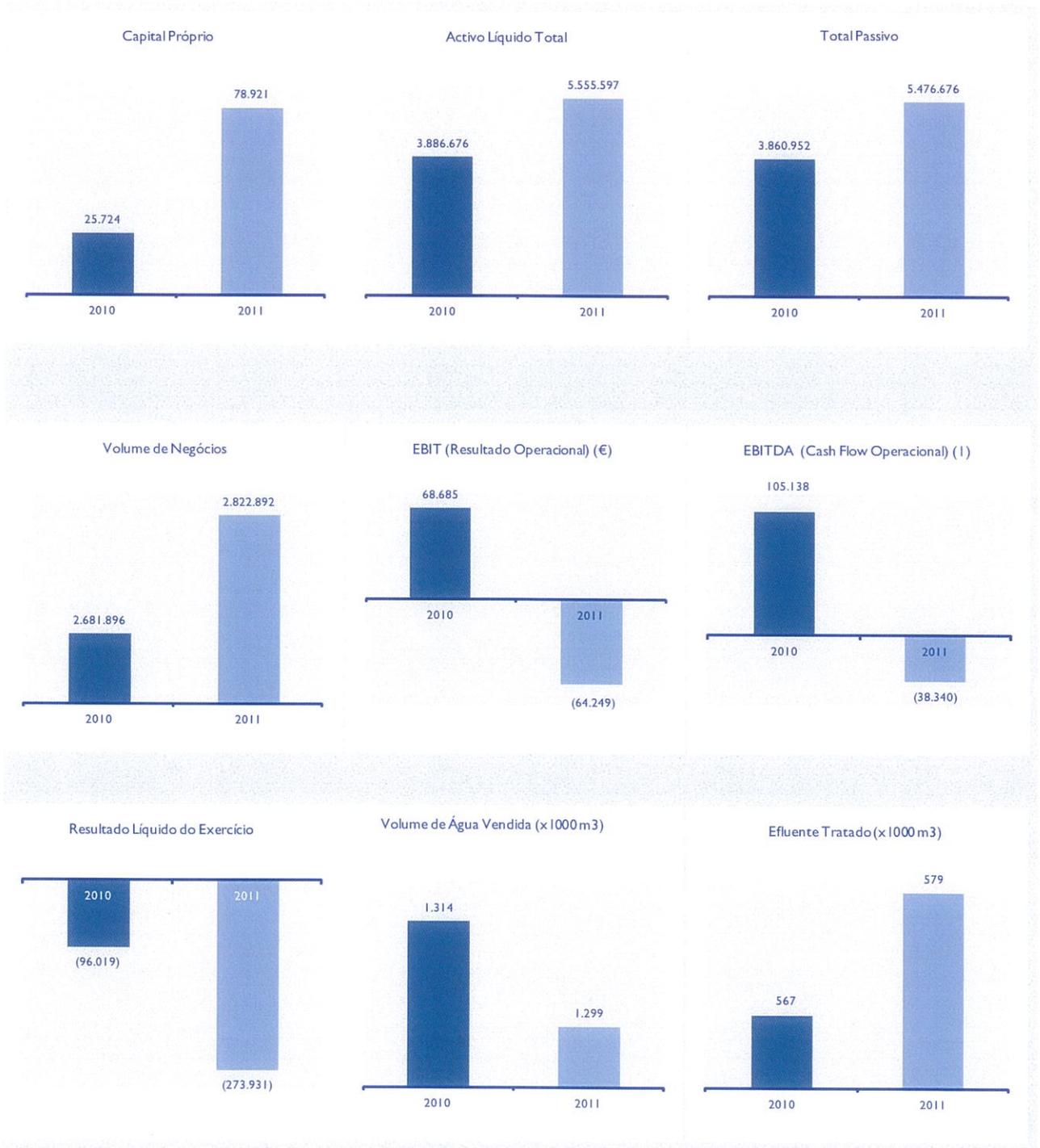
### QUADRO

(em euros)

Síntese de Dados / Indicadores	2010	2011
Capital Social	50.000	50.000
Capital Próprio	25.724	78.921
Activo Líquido Total	3.886.676	5.555.597
Total Passivo	3.860.952	5.476.676
Volume de Negócios	2.681.896	2.822.892
EBITDA (Cash Flow Operacional) (1)	105.138	(38.340)
EBIT (Resultado Operacional)	68.685	(64.249)
Resultados Antes de Impostos	(98.665)	(274.924)
Resultado Líquido do Exercício	(96.019)	(273.931)
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	(373,3%)	(347,1%)
Rentabilidade do Activo (%)	(2,5%)	(4,9%)
Autonomia Financeira (%)	0,7%	1,4%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	11	11
Nº de Municípios Abastecidos	1	1
Área Geográfica Abrangida (Km2)	262	262
População Residente na Área Abrangida	21.866	21.814
<b>Abastecimento</b>		
Nº de Clientes	10.340	10.276
População Servida	20.335	20.335
Volume de Água Vendida (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	1.314	1.299
<b>Saneamento</b>		
Nº de Clientes	5.707	6.003
População Servida	13.948	14.175
Efluente Facturado (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	567	579

(1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - Imparidades e Reversões - Provisões

## GRÁFICOS



Ed  
P.

# Mensagem do Presidente



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ultrapassada a fase de arranque da Concessionária e estabilizada a estrutura organizacional da empresa, o ano de 2011 teve como principais objetivos a prossecução do Plano de Investimentos proposto e impulsionar a revisão do Contrato de Concessão com vista à sua adaptação ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto.

Para o efeito foram consignadas em 2011 oito novas obras do Plano de Investimentos e foram investidos cerca de 1.018 mil de euros. Este esforço de execução física das empreitadas em curso potenciou a construção de 16 km de condutas e coletores, 6 estações elevatórias de águas residuais e aumentar a reserva de água existente no Concelho com a ampliação do Reservatório de Vale Paraíso.

Este esforço teve impacto na vida das populações afetadas mas estamos convictos estar a melhorar a sua qualidade de vida, quer pela melhoria das condições ambientais, quer na melhoria da qualidade do serviço prestado através de uma melhor e maior cobertura territorial do serviço. Apesar deste esforço, a população de Azambuja continua a ser penalizados pelo atraso na concretização do Plano de Investimentos da Águas do Oeste no Município, que impede a ligação dos sistemas em baixa já construídos aos sistemas de tratamento a explorar pela Águas do Oeste, não potenciando assim o esforço das outras partes envolvidas.

Relativamente à revisão do Contrato de Concessão, a Águas da Azambuja apresentou um pedido de Revisão do Contrato de Concessão à Câmara Municipal de Azambuja no dia 24 de Junho tendo por base:

- Alterações legislativas: Por força do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, cujo prazo de adaptação termina a 20 de Agosto 2012, e da Recomendação Tarifária da Entidade Reguladora;
- Variação dos caudais faturados superior a 20% ao previsto em caso base;
- Condicionantes ao Plano de Investimentos da Águas da Azambuja.

Neste momento iniciamos o processo negocial com o Município, sendo objetivo das Partes ter o processo estabilizado e aprovado até Agosto de 2012.

Para além deste objetivo fundamental para o reequilíbrio da Concessão, em 2012 foram fixadas metas para a redução do volume de água perdida, realização das obras previstas no Plano de Investimentos para 2012 e na melhoria do interface com os consumidores. Consideramos o rumo para 2012 difícil, mas estamos convictos que estes passos são os necessários para a melhoria do desempenho global da Empresa.

O Presidente do Conselho de Administração

R. 8  
A

# Apresentação da Empresa



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

### Breve Historial

A sociedade AdAz - Águas da Azambuja, SA, foi constituída em 10 de Março de 2009 em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em Abril de 2007 para a Concessão da exploração e gestão conjunta dos serviços municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais no concelho.

Em 11 de Maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A.. O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), que se irá prolongar por 30 anos, teve início no dia 11 de Julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas de Azambuja.

### Estrutura Accionista

<b>Identificação</b>	Águas da Azambuja, S.A	
<b>Sede Social:</b>	R. Teodoro José da Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 2050-335 Azambuja	
<b>Pessoa Colectiva:</b>	508 911 443	
<b>Capital Social:</b>	€ 50.000	
<b>Estrutura Accionista:</b>	Aquapor – Serviços, S.A.	74,98%
	Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	24,99%
	Luságua – Serviços Ambientais, S.A	0,01%
	Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	0,01%
	Pragosa Ambiente, S.A.	0,01%

### Órgãos Sociais

#### Mesa da Assembleia Geral:

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;  
Sr.ª Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira – Secretária.

#### Conselho de Administração:

Eng.º Diogo Manuel Mena Faria de Oliveira – Presidente;  
Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho – Vogal;  
Dra. Catarina Alexandra Machado Pragosa – Vogal.

#### Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC,S.A.  
Suplente do Fiscal Único: Dr. Rui Abel Serra Martins

P. A. B.

# Objecto da Sociedade



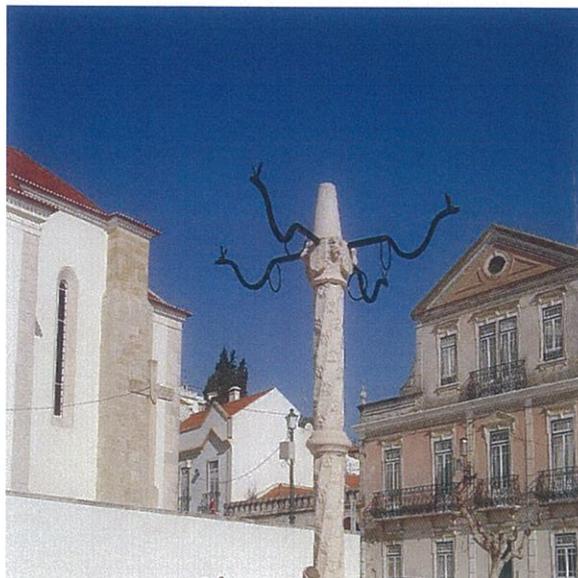
ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## OBJECTO DA SOCIEDADE

### Objecto

A sociedade tem por objecto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as Instalações, Infra-estruturas e Equipamentos que compõem os sistemas concessionados, bem como de recolha, transporte e encaminhamento adequado de Águas Residuais provenientes de fossas particulares domésticas e industriais.



(art. 3º dos Estatutos da Sociedade)

O objeto da Sociedade traduz-se na:

- (i) Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja por um período de 30 anos;
- (ii) Execução das obras do Plano de Investimentos da Concessionária, tendo em vista a persecução dos objectivos de 98% de cobertura da população em abastecimento de água e de 95% de cobertura da população em drenagem de águas residuais.

R. J. B.

# Missão e Posicionamento Estratégico



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

### Missão

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua actividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

### Visão

Ser uma Concessão que se constitua como benchmark nacional na relação custo/eficiência do serviço num período de 3 a 5 anos.

### Valores

A Águas da Azambuja pretende manter uma cultura própria através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética.



## Objectivos Estratégicos

Os objectivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

### Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da empresa na comunidade.

### Recursos Humanos:

- Optimizar a Formação dos colaboradores da empresa;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

### Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Redução das perdas na rede de água.

### Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes criando alternativas;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;

### Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Maximizar os proveitos operacionais;
- Optimizar os custos da estrutura.

R. B  
2

# Síntese de Actividade em 2011



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## SINTESE DE ACTIVIDADE EM 2011

### ENVOLVENTE EXTERIOR

#### Enquadramento macroeconómico

##### Geral

Ao longo de 2011 assistiu-se a um progressivo e significativo abrandamento a nível global. Embora parte da desaceleração possa ser atribuída a factores temporários, nomeadamente o impacto económico negativo do desastre natural no Japão e o efeito desfasado do forte aumento dos preços das matérias-primas, os desenvolvimentos mais recentes indicam uma tendência de desaceleração mais profunda e prolongada. A economia mundial, em particular as economias avançadas, tem sido afectada pela elevada turbulência nos mercados financeiros internacionais, relacionada com o agravamento da crise da dívida soberana na área do euro.

Em Dezembro, o **Conselho do Banco Central Europeu (BCE)** decidiu reduzir em 25 pontos base as taxas de juro oficiais. A taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento foi fixada em 1,0 por cento e as taxas da facilidade permanente de absorção e de cedência de liquidez em 0,25 e 1,75 por cento, respectivamente.

Até Novembro de 2011 a Euribor 3M aumentou 0,35 pontos percentuais e a Euribor 6M aumentou 0,39 pontos percentuais face a Dezembro de 2010.

Variação da Euribor nos últimos 3 anos:

	2009	2010	2011
<b>Euribor 1M</b>	0,45%	0,78%	1,02%
<b>Euribor 3M</b>	0,70%	1,01%	1,36%
<b>Euribor 6M</b>	0,99%	1,23%	1,62%
<b>Euribor 12M</b>	1,25%	1,51%	1,95%

Fonte: Banco de Portugal (valores de fim de período)

Ao longo de 2011 o **preço internacional do petróleo** em dólares registou uma subida de 10 por cento. O **preço do gasóleo** rodoviário registou um aumento de cerca de 18 por cento face a 2010.

#### Portugal

O ano de 2011 é marcado pelo início do inadiável processo de ajustamento da economia portuguesa. Este processo é caracterizado por uma forte restritividade da política orçamental, por uma desalavancagem gradual mas significativa do sector privado, incluindo o sector bancário, e pelo reforço das instituições favoráveis à inovação, à concorrência e à reafecção de recursos na economia.

No terceiro trimestre de 2011, o PIB diminuiu 1,7 por cento em volume, face a 2010, tendo a procura interna voltado a apresentar um contributo muito negativo para a variação homóloga do PIB.

O consumo privado, tem uma variação de -5,4 pontos percentuais no terceiro trimestre de 2011.

	Taxa de Variação Anual		
	2009	2010	2011
PIB*	(2,5%)	1,3%	(1,7%)
IPC	(0,8%)	1,4%	3,7%
Desemprego	9,5%	10,8%	14,0%
Consumo Privado*	(1,0%)	2,1%	(3,3%)
Consumo Público*	3,4%	1,8%	(0,4%)
Exportações*	(11,7%)	8,8%	6,5%
Importações*	(10,6%)	5,2%	(2,8%)

Fonte: Banco de Portugal e INE

\* Dados 3º Trim de 2011

Em 2011, o **Índice de Preços no Consumidor** (IPC) registou uma taxa de variação média anual de 3,7 por cento, (1,4 por cento no ano anterior).

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (mais apropriado para comparações entre os diferentes países da União Europeia) reduziu 0,3 pontos percentuais (p.p) em Dezembro para 2,7 por cento, enquanto a taxa de variação média anual aumentou 0,2 p.p. para 3,6 por cento

A taxa média de **desemprego** em 2011 prosseguiu a tendência observada na última década, fixando-se num máximo histórico de 14 por cento, contra os 10,8 por cento registados em 2010, o que constitui um aumento de 3,2 pontos percentuais.

Relativamente ao **comércio internacional**, e de acordo com a informação divulgada pelo INE, em Novembro as exportações diminuíram 2,3 pontos percentuais, enquanto as importações diminuíram 8 pontos percentuais.

	Índices (Base 100 = 1998)		
	2009	2010	2011
<b>Muito Alta Tensão</b>	115	118	130
<b>Alta Tensão</b>	122	126	138
<b>Média Tensão</b>	124	128	133
<b>Baixa Tensão Especial</b>	135	139	144
<b>Baixa Tensão Normal</b>	120	124	129

Fonte: ERSE

A evolução das tarifas de **energia eléctrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

No ano de 2011 foi lançado o inquérito nacional CENSOS 2011.

Os resultados provisórios dos **Censos 2011**, referenciados ao dia 21 de Março de 2011, indicam que a população residente em Portugal era de 10 561 614 habitantes, o que significa que na última década a população aumentou cerca de 2%. O crescimento demográfico registado nesta década foi todavia inferior ao da passada, o qual foi de cerca de 5%.

A evolução da população por município na última década reforça o padrão já evidenciado na anterior. Continuou a assistir-se à perda de população nos municípios do interior e ao efeito de concentração nos municípios do litoral, embora os maiores crescimentos da população tenham sido registados nos municípios à volta de Lisboa, em praticamente toda a região do Algarve e também na Região Autónoma da Madeira.

Agravou-se o desequilíbrio na distribuição da população pelo território, coma a desertificação a alastrar-se a uma parte significativa do território, contrastando com o aumento da densidade populacional verificado em algumas regiões.

O número de edifícios destinados à habitação e recenseados em 2011 é de 3 543 595 e o número de alojamentos é de 5 877 991. Face ao recenseamento de 2001, verificou-se um crescimento de respetivamente 12,1% e 16,3%, isto é mais 383 552 edifícios e mais 823 069 alojamentos.

O crescimento do parque habitacional é comum a todas as regiões do país. A região do Algarve tem na última década o maior crescimento, tanto em termos de edifícios como de alojamentos, respetivamente 23,9% e 36,5%. O Alentejo é a região do país com dinâmicas de crescimento mais baixas, respectivamente 9,7% e 11,3%.

## Enquadramento Local

A Águas da Azambuja é Concessionária por um período de 30 anos, em regime de exclusividade de um sistema Municipal do Município de Azambuja que abrange uma área geográfica de 262 Km<sup>2</sup>. Residem na área abrangida 21.776 habitantes<sup>1</sup>.

É uma Concessão Municipal, operando em baixa, ao abrigo do Dec.-Lei n.º 379/93, de 5 de Novembro e do Dec.-Lei n.º 194/2009 de 20 de Agosto. Os serviços de fornecimento de Água e o Tratamento das Águas Residuais em alta são assegurados pela empresa Águas do Oeste S.A. concessionária do Sistema Multimunicipal da região do Oeste.

A actividade económica do Concelho da Azambuja assenta fundamentalmente em agricultura e florestas integradas em fileira de produção e mais recentemente serviços de transportes e logística. Assiste-se a uma crescente especialização do Concelho na área da logística, desde a logística mais banal à logística de elevada rentabilidade e de maior especialização. Actualmente a componente comercial e industrial representa um peso de 20 % no volume de água vendida.

O Concelho da Azambuja encontra-se por tal integrado num quadro de uma região metropolitana alargada, pelo que se situa no centro de uma área que concentra parte significativa da produção nacional e da população residente no país. Neste quadro favorável, existem boas possibilidades de diversificação da Economia do território, designadamente baseada na consolidação dos sectores industrial, da logística e dos transportes e no desenvolvimento do sector agro-florestal, com a criação de actividades a ele relacionadas, designadamente com actividades complementares, de cariz cultural e turístico.

<sup>1</sup> INE – Resultados preliminares CENSOS 2011.

Os resultados preliminares dos Censos de 2011, indicam para o Concelho da Azambuja um crescimento populacional na ordem dos 3% na década 2001-2011 e um aumento significativo do número de alojamentos disponíveis que se traduzem em mais 17% de oferta quando comparado com o ano de 2001. A distribuição espacial da população no território concelhio apresenta um padrão de concentração em pequenos aglomerados dispersos um pouco por todo o território, bipolarizado por dois núcleos mais relevantes, - Azambuja e Aveiras de Cima - e apoiado noutros núcleos com alguma dimensão à escala do Concelho, designadamente Alcoentre, Manique do Intendente, Vale do Paraíso e Vila Nova da Rainha. Em termos de dinâmica demográfica das freguesias, a evolução recente tem sido caracterizada pelo acentuar das assimetrias intra-concelhias, as quais se têm apoiado em dois mecanismos distintos mas complementares nesse processo: concentração dos ganhos populacionais nas freguesias de Aveiras de Cima e Azambuja, melhor servidas por acessibilidades rodoviárias e com maior dinamismo económico; perdas demográficas nas freguesias mais afastadas dos eixos viários estruturantes, mais rurais, designadamente Vila Nova de S. Pedro, Maçussa ou Vale Paraíso. <sup>2</sup>

## Regulação

A actividade de Águas da Azambuja é regulada por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, estabelecido com o Município de Azambuja em 11 de Maio de 2009, com a duração de 30 anos.
- Regulamentos Municipais do Abastecimento de Água e de Águas Residuais do Concelho de Azambuja que estabelecem e definem as regras e condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial na área de intervenção da Águas da Azambuja. Estes regulamentos pretendem dar resposta ao estabelecido no contrato de concessão em termos de definição das relações contratuais entre a empresa e os utentes.
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR;

Em Março de 2011 a Águas da Azambuja apresentou ao Município o Relatório Anual de Actividade da Concessionária relativo ao ano de 2010. Durante o mês de Setembro foi submetido do Plano de Controlo da Qualidade da Água para o ano de 2012 tendo sido aprovado pela Entidade Reguladora. O Plano aprovado para o ano de 2011 foi cumprido na íntegra. Complementarmente a esta informação, a Concessionária apresenta ao Município relatórios trimestrais de acompanhamento do Plano de Investimentos.

De referir ainda a formalização de um pedido de revisão do Contrato de Concessão e de reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão apresentado pela Águas da Azambuja em 24 de Junho de 2011 e uma proposta de alteração do Regulamento de Serviços em 20 de Dezembro de 2011.

<sup>2</sup> Revisão do Plano Director Municipal da Azambuja - Avaliação Ambiental Estratégica, Abril de 2010, Elaborado por Traço e Ambiente, Lda. atualizado com base nos resultados preliminares dos CENSOS 2011

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### Organograma



### Competências

#### ADMINISTRAÇÃO:

- Representar a empresa;
- Definir a estratégia, objectivos, linhas de actuação e políticas da Concessionária;
- Aprovar o Plano de Actividades, Plano de Investimentos e Orçamento e Relatório de Contas da Concessionária;
- Supervisionar a actividade da Concessionária.

#### DIRECÇÃO GERAL:

- Dirigir a concessão em conformidade com as directrizes emanadas da Administração;
- Supervisionar e estabelecer as linhas de actuação dos Sectores Comercial, Operacional e de Planeamento e Obras;
- Representar a Concessionária perante o Município de Azambuja;
- Elaborar o orçamento anual da empresa;
- Verificar o cumprimento do Programa anual de gestão da empresa;
- Informar sobre a gestão da empresa.
- Controlar a qualidade da água para consumo humano, garantindo a fiabilidade e qualidade do sistema;
- Manter relações com a ERSAR, Organismos Sanitários e Laboratórios;
- Dar cumprimento à legislação de controlo de qualidade em vigor para o sector;
- Analisar o rendimento das redes de distribuição de água e tomar medidas correctivas.

## SECTOR OPERACIONAL

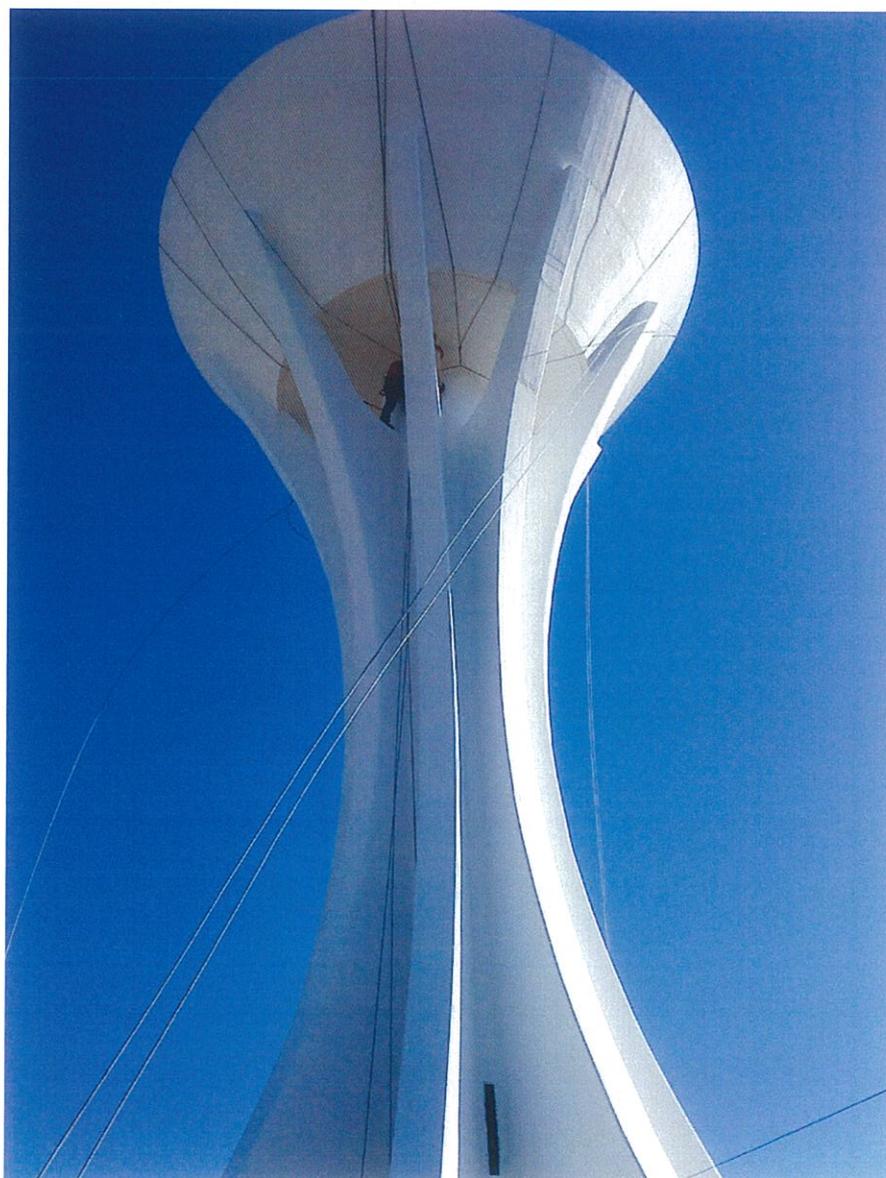
- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as directrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de actuação das áreas de controlo de qualidade, exploração e manutenção;
- Estabelecer os objectivos, planos gerais e orçamentos do Sector Operacional;
- Obter os meios necessários para o cumprimento dos objectivos;
- Gerir os meios materiais e de pessoal do Sector Operacional.
- Supervisionar o correcto funcionamento dos equipamentos;
- Apoiar as acções de manutenção programada e de reparação de avarias;
- Gerir todas as estações elevatórias, reservatórios, condutas adutoras e distribuidoras;
- Realizar a limpeza de reservatórios e adutoras;
- Atender os avisos de rupturas e localizá-las, determinando as operações necessárias para a sua reparação;
- Executar os ramais domiciliários. Colocar, substituir e retirar contadores de água;
- Analisar o rendimento das redes de distribuição de água e tomar medidas correctivas.

## SECTOR COMERCIAL:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as directrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de actuação do Sector Comercial;
- Estabelecer os objectivos, planos gerais e orçamentos do Sector Comercial;
- Obter os meios necessários para o cumprimento dos objectivos;
- Gerir os meios materiais e de pessoal do Sector Comercial;
- Atender a linha telefónica;
- Recepcionar a correspondência e proceder à sua entrega a cada destinatário;
- Dar resposta à correspondência de acordo com as orientações emanadas do destinatário;
- Efectuar e manter actualizado o arquivo de documentos;
- Organizar as folhas de ponto e demais documentos justificativos de faltas ou trabalho extra de cada funcionário;
- Organizar os mapas de formação profissional em função das necessidades;
- Efectuar os pedidos de compra de materiais;
- Gerir as entradas e saídas das peças existentes no armazém;
- Controlar a documentação do parque automóvel.
- Atender os pedidos e sugestões dos Clientes;
- Estudar, analisar e elaborar as respostas às reclamações dos clientes;
- Realizar contratos de fornecimento de água;
- Controlar as leituras e consumos dos clientes e proceder à emissão das respectivas facturas, de acordo com o tarifário em vigor;
- Gerir o controlo de cobranças e proceder à emissão de cartas-aviso de dívida;
- Receber os pagamentos dos clientes efectuados em dinheiro, cheque ou vale postal. Controlar os recebimentos por Agentes de Cobrança, Multibanco, Payshop e Transferência bancária.

## SECTOR DE PLANEAMENTO E OBRAS:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as directrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de actuação do Sector de Planeamento e Obras;
- Estabelecer os objectivos, planos gerais e orçamentos do Sector de Planeamento e Obras;
- Apreciar projectos;
- Acompanhar a execução de obras a decorrer;
- Prestar informações técnicas a Clientes e CMA;
- Planear obras;
- Coordenar e fiscalizar as obras afectas ao Plano de Investimentos;
- Validar e aprovar Projectos de Execução para lançamento de obras.



## Recursos Humanos

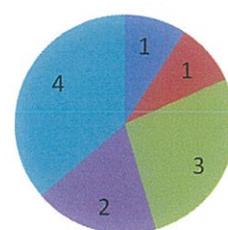
Em 31 de Dezembro de 2011 a empresa tinha 11 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

Tipo Contrato	2010	2011
Contrato sem Termo	7	6
Contrato Termo Certo	4	5
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>11</b>



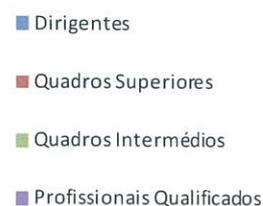
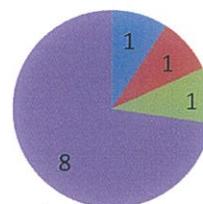
A distribuição dos colaboradores por níveis de habilitações era, no final de 2011, a seguinte:

Nível Habilitações	Homens	Mulheres	Total
1º Ciclo	1	0	1
2º Ciclo	1	0	1
3º Ciclo	3	0	3
Ensino Secundário	1	1	2
Ensino Superior	2	2	4
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>11</b>



A distribuição dos Recursos Humanos existentes por qualificação profissional foi a seguinte:

Nível Qualificação	Homens	Mulheres	Total
Dirigentes	0	1	1
Quadros Superiores	1	0	1
Quadros Intermédios	1	0	1
Profissionais Qualificados	6	2	8
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>11</b>



Quanto ao nível de antiguidade verificou-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Antiguidade	Homens	Mulheres	Total
0 a 5 anos	6	2	8
10 a 15 anos	2	0	2
> 15 anos	0	1	1
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>11</b>

O nível etário médio é de 39 anos, verificando-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
25 a 29 anos	1	1	2
30 a 34 anos	2	1	3
40 a 44 anos	1	1	2
45 a 49 anos	3	0	3
50 a 54 anos	1	0	1
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>11</b>

### Regras Societárias

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo 366 do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais accionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, no mínimo, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pela Directora Geral por delegação de competências no âmbito do mandato conferido pelo Conselho de Administração.

As regras definidas pelos accionistas, através das comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adoptar no desenvolvimento da actividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.



## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2011

### Factos Relevantes

Durante o ano de 2011 verificou-se uma crescente consolidação processos de funcionamento da organização. O facto da estrutura de pessoal se ter mantido praticamente constante desde o arranque da concessionária, e existir um relacionamento francamente positivo, com a concedente e com outras entidades envolvidas, tem favorecido todo o desempenho da empresa.

O crescente conhecimento dos Sistemas de Abastecimento têm permitido introduzir melhorias na sua performance ao nível de pressões e tempo de permanência nos reservatórios nos locais onde estes fatores eram mais críticos.

No que se refere à rede de drenagem, tem existido um esforço conjunto com o município no sentido de solucionar as situações mais críticas, designadamente o Estudo realizado para reabilitação das redes de abastecimento de água, drenagem de águas pluviais e residuais domésticas no bairro da Horta do Maia.

Relativamente ao sector Comercial, a criação da Loja do Cliente de Águas da Azambuja na Internet, ativa desde 3 de Março, veio permitir ao cliente consultar e/ou realizar um conjunto de operações *online* a partir de qualquer parte do mundo.

Em Novembro a fatura da empresa aos clientes foi melhorada. A informação nela contida observa, atualmente, os requisitos da Recomendação nº 1/2010 emitida pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), e foi desenvolvida com o objetivo de constituir um documento completo, transparente e de fácil compreensão para todos os Clientes. Ainda durante o ano de 2011 foi desenvolvido um esforço adicional no Plano de substituição de contadores mais antigos de forma a atingir os prazos de verificação periódica previstos na legislação.

Durante 2011 tiveram início as empreitadas previstas no Plano de Investimentos tendo sido consignadas nove empreitadas. Foram realizadas as receções provisórias de quatro empreitadas. No final de 2011 encontravam-se concluídos, aguardando apenas ensaios e vistorias que permitam realizar a receção provisória, mais quatro empreitadas.

De referir ainda a formalização de um pedido de revisão do Contrato de Concessão e de reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão apresentado pela Águas da Azambuja em 24 de Junho de 2011 e uma proposta de alteração do Regulamento de Serviços em 20 de Dezembro de 2011.



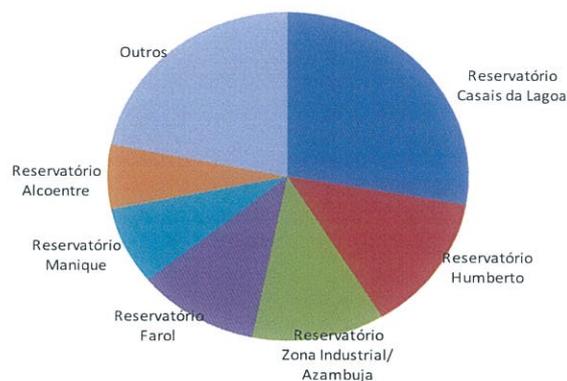
## Desempenho da Empresa

### Exploração do Sistema

#### Operação dos Activos

Os Sistemas de Abastecimento e de Saneamento têm sido geridos de forma manifestamente satisfatória o que se traduz no número de reclamações insignificante, relativamente a esta matéria. Durante o ano de 2011 entraram em funcionamento dois novos pontos de entrega de água: Ponto de Entrega do Farol (forma provisória) e Ponto de Entrega da Arrifana, respetivamente a 23 de Maio e 19 de Dezembro. A elevação de água a partir do Reservatório do Farol da Águas do Oeste e entrega no Reservatório do Farol da Águas da Azambuja só foi possível posteriormente.

Ponto de Entrega	PE	Volume Médio Mensal (m3)	%
Virtudes (povoação)	PE ZA2PA1	3.611	2,35%
Reservatório Casais da Lagoa	PE ZA2PA3	42.556	27,74%
Reservatório Casais de Britos	PE ZA4PA1	2.816	1,84%
Reservatório Vila Nova da Rainha	PE ZA4PA2	4.804	3,13%
Reservatório Zona Industrial/ Azambuja	PE ZA4PA4	18.194	11,86%
EE Casais da Areia	PE ZA5PA1	3.578	2,33%
Reservatório Humberto	PE ZA6PA1	20.768	13,54%
Reservatório Alcoentre	PE ZA10PA1	9.728	6,34%
Reservatório Manique	PE8ZA13PA1	11.825	7,71%
Reservatório Vila Nova de São Pedro	PE8ZA13PA2	5.534	3,61%
Reservatório Cercal	PE8ZA13PA3	7.106	4,63%
Reservatório Farol	PE ZA18PA1	16.818	10,96%
Reservatório Casais de Britos II	PE ZA19PA1	5.586	3,64%
Reservatório Arrifana	PE ZA23PA1	509	0,33%
<b>Total</b>		<b>153.431</b>	



Foi dada continuidade à campanha para redução das perdas técnicas e comerciais.

Volume de Água (m3)	2010	2011	Variação (%)
Água Aduzida	1.640.537	1.828.471	10%
Água Vendida	1.313.812	1.298.751	-1%
% Água não Vendida	24,87%	28,97%	4,10%

Relativamente às infraestruturas de saneamento, ficou concluído a partir de Junho, a cobertura de saneamento da localidade de Virtudes, por parte de Águas do Oeste, com a entrada em funcionamento da Estação Elevatória de Águas Residuais de Virtudes e respetiva ligação da infraestrutura em baixa ao Ponto de Entrega.

Após obras de reabilitação entrou em funcionamento a Estação Elevatória de Águas Residuais 3 de Azambuja de Águas do Oeste, a partir de 20 de Maio, e os Pontos de



Entrega associados a este sistema elevatório e ao Intercetor da Margana, a partir de Outubro.

Em paralelo, as obras concluídas pela Águas da Azambuja permitiram começar aumentar a cobertura em: Casais Caneira (Alcoentre) a partir de Outubro, Vila Nova da Rainha a partir de Dezembro,

### Manutenção do Sistema

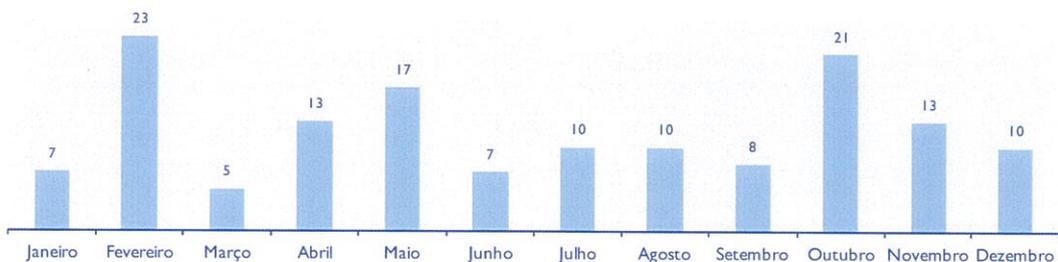
Foram efetuadas obras de beneficiação nos Reservatórios de Alcoentre e da Zona Industrial e foram corrigidas as situações alertadas anteriormente identificadas.

Todas as atividades de manutenção preventiva e curativa dos sistemas de abastecimento e saneamento foram asseguradas através de contrato de prestação de serviços com a Luságua – Serviços Ambientais S.A.



Em 2011 o n.º de roturas foi de 144 com a seguinte distribuição mensal:

Roturas durante o ano de 2011

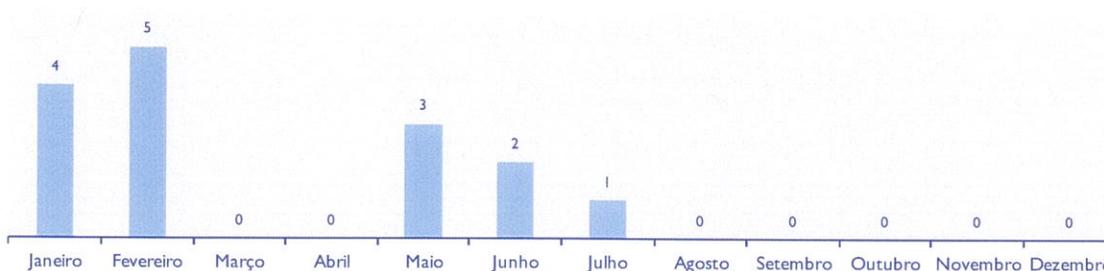


Relativamente à rede de saneamento, verificaram-se 15 obstruções de coletores. Foram asseguradas 413 limpezas de fossas sépticas.



R  
d

### Obstruções durante o ano de 2011



### Sistema de Controlo de Qualidade

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água (decreto-lei n.º234/2001). Foram efetuadas 1.025 determinações analíticas distribuídas pelo conjunto de parâmetros de Controlo de Rotina I, Controlo de Rotina II e Controlo de Inspeção.

### Área Comercial

Em 2011 a Empresa diminuiu o número de clientes de abastecimento em 64, fundamentalmente à intensificação dos procedimentos de controlo de cobranças, tal como podemos observar no quadro seguinte:



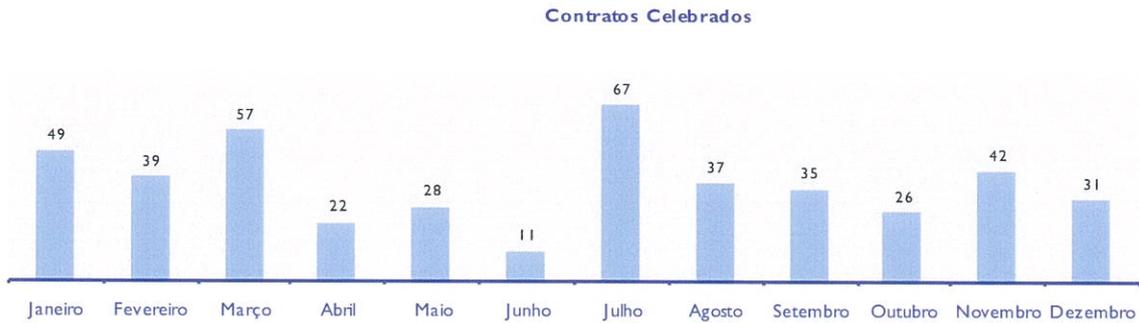
A Empresa aumentou o número de clientes de saneamento em 296 novos contratos. Este aumento do número de contratos teve a ver fundamentalmente com o aumento da cobertura da rede de saneamento e com o melhor conhecimento do cadastro da rede de saneamento. No final do ano de 2011, a empresa tinha um total de 10.276 contratos de abastecimento, dos quais 6.003 com serviço de saneamento.

Durante o exercício de 2011 foram executados 46 ramais de água e 13 de saneamento (fora do Plano de Investimentos).

A Águas da Azambuja vai continuar a desenvolver acções de fiscalização no sentido de detectar utilizações abusivas.

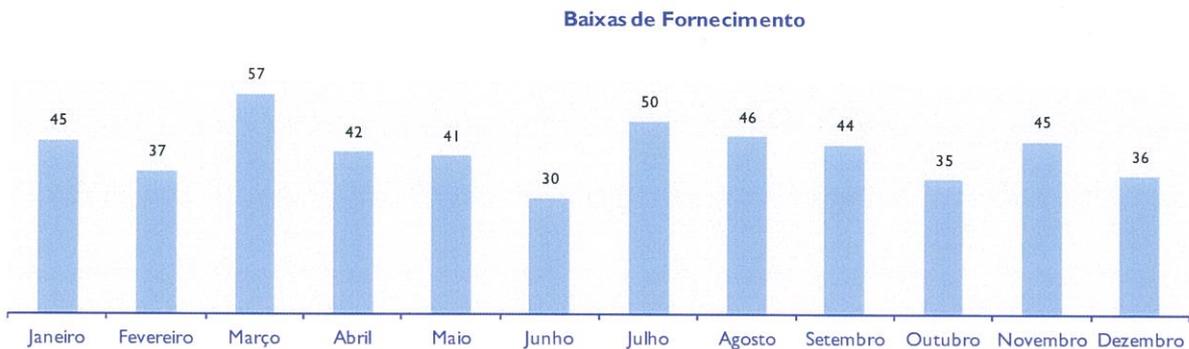
### Novos Contratos

A AdAz celebrou 444 contratos de fornecimento de água durante o ano 2011, com a seguinte distribuição mensal:



### Baixas de Fornecimento

No decurso do ano 2011, a AdAz registou 508 rescisões de contrato de fornecimento.



### Suspensões de fornecimento

Foi iniciado em 2010 todo um processo de controlo de cobranças, da qual resultaram, em 2011, 781 cortes de fornecimento e 571 restabelecimentos de serviço.

É ainda de referir que transitaram clientes suspensos do município conforme previsto no Contrato de Concessão.

## Campanha de Substituição de Contadores Antigos

A campanha visava a substituição de contadores que apresentavam uma idade de instalação superior à prevista na legislação.

Foram substituídos 2.553 contadores que nos permite ter uma maior fiabilidade na contagem dos consumos. Em virtude do resultado positivo desta campanha, Águas da Azambuja vai dar continuidade em 2012 à substituição de contadores conforme previsto no Plano de Investimentos de Concessão.

Em termos de facturação, a empresa atingiu um volume de vendas de 2.823 mil euros.

<i>(em euros)</i>	
Vendas e Prestações de Serviços	Ano de 2011
Venda de Água	1.677.062
Tarifa de Disponibilidade	591.484
<b>Total Vendas + Tarifa</b>	<b>2.268.546</b>
Tarifa de Utilização de Saneamento	346.550
Ramais Domiciliários (Água)	54.812
Ramais Domiciliários (Saneamento)	7.302
Outros Serviços	145.681
<b>Total das Prestações de Serviços</b>	<b>554.345</b>
<b>Total de Volume de Negócios</b>	<b>2.822.892</b>

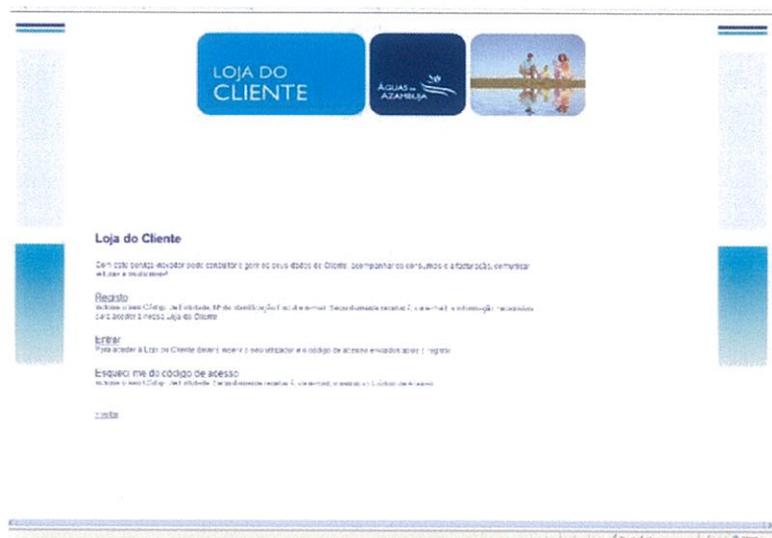
Os clientes Domésticos têm um peso de 86,2% no conjunto total de contratos existentes, seguidos dos clientes de Comércio/Indústria com um peso de 9,1%. No entanto quando comparado os rendimentos, o peso do Comércio e Indústria ascende a 29,7%.

Em média, foram faturados cerca de 10,5 m3 por consumidor e por mês.

### Formas de Pagamento:

Em termos de formas de pagamento, os meios automáticos representam já cerca de 76% da escolha dos nossos Clientes.

Modalidade de Pagamento	2010		Peso (Quant)	2011		Peso (Quant)
	Quant.	Euros		Quant.	Euros	
Loja	36.770	1.275.594	28%	28.597	983.740	26%
Débito em Conta	43.881	1.217.013	33%	36.193	1.304.903	32%
Payshop	14.156	239.747	11%	10.069	205.934	9%
Multibanco	36.238	921.946	27%	36.330	1.034.359	33%
Balcão EDP	46	378	0%	28	390	0%
Megarede	1.206	23.674	1%	384	6.891	0%
<b>Total</b>	<b>132.297</b>	<b>3.678.352</b>	<b>100%</b>	<b>111.601</b>	<b>3.536.217</b>	<b>100%</b>



## Organização, Processos e Sistemas

### Organização e Processos

No que respeita aos aspectos organizacionais e de procedimentos, a empresa encontra-se em fase de consolidação do modelo estabelecido ao nível das infra-estruturas de água e águas residuais com um conjunto de Obras que fazem parte do Plano de Investimentos, tendo por referência a especificidade da Concessão e dos respectivos sistemas: 10.276 contratos distribuídos por uma área territorial de cerca de 263 km<sup>2</sup>, servidos, em baixa, por:

Infra-estruturas	nº/ km
Reservatórios	20
Estações Elevatórias de Abastecimento	13
Estações Elevatórias de Águas Residuais	6
Rede de Abastecimento de Água	278
Rede de Saneamento	125

### Relações com o Concedente e com outros interessados no desempenho da Sociedade

O relacionamento entre a empresa e o Município de Azambuja tem sido positivo e de grande proximidade permitindo ultrapassar as situações que se deparam, tanto a nível das infra-estruturas que ainda há dois anos eram geridas pelo município, como no relacionamento com os clientes e com as outras entidades interessadas. A esse nível é de realçar o contacto com as Juntas de Freguesia, a empresa Águas do Oeste, a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, Direcção Regional de Saúde/ Delegada de Saúde e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

## Plano de Investimentos

Durante o ano de 2011 foram realizados 1.113.813 Euros repartidos da seguinte forma:

Plano de Investimentos	2010		2011	
	Euros	% Execução Acum	Euros	% Execução
Projectos	69.978	n.a.	26.730	n.a.
FA02	n.a.	n.a.	27.851	100%
FA09	n.a.	n.a.	150.411	97%
FB01	n.a.	n.a.	165.975	60%
FB02	n.a.	n.a.	42.129	100%
FB03	45.696	21%	199.234	100%
FB04	n.a.	n.a.	120.011	92%
FB05	n.a.	n.a.	40.164	100%
FB07	218.831	77%	70.539	98%
FB08	n.a.	n.a.	119.570	100%
FB09	n.a.	n.a.	22.629	100%
FB14	n.a.	n.a.	50.171	56%
FB18	40.391	42%	61.367	100%
FARs	51.989	100%	0	100%
1º Aditamento FARs	153.792	86%	17.033	97%
<b>Total</b>	<b>580.677</b>		<b>1.113.813</b>	

Tiveram início as empreitadas previstas no Plano de Investimentos tendo sido consignadas as Obras:

- “Fascículo FA02 – Melhoria das condições de segurança contra intrusão do reservatório de Alcoentre” em Agosto;
- “Fascículo FA09 – Reservatório de Vale do Paraíso” a 2 de Dezembro;
- “Fascículo FB01 – Construção de rede doméstica de Alcoentre” a 20 de Junho;
- “Fascículo FB02 – Construção de rede doméstica de C. Boiças/ C.Caneira - 2ª fase – Casais das Inglesas” a 10 de Janeiro;
- “Fascículo FB04 – Construção de rede doméstica de Espinheira” a 24 de Fevereiro;
- “Fascículo FB05 – Construção de rede doméstica de Tagarro - 2ª fase” a 16 de Maio;
- “Fascículo FB08 – Construção de rede doméstica de Azambuja - 5ª fase – Espingardeiro e Margana” a 14 de Março;
- “Fascículo FB09 – Construção de rede doméstica de Casais de Baixo - 2ª fase” a 21 de Fevereiro;
- “Fascículo FB14 – Reabilitação e alterações à rede doméstica – Vale do Paraíso” a 27 de Junho;



Foram realizadas as receções provisórias de quatro empreitadas, a saber:

- “Fascículo FB02 – Construção de rede doméstica de C. Boiças/ C.Caneira - 2ªfase – Casais das Inglesas” a 29 de Agosto;
- “Fascículo FB05 – Construção de rede doméstica de Tagarro - 2ªfase” a 29 de Agosto;
- “Fascículo FB09 – Construção de rede doméstica de Casais de Baixo - 2ªfase” a 20 de Outubro;
- “Fascículo FB18a – Construção de rede de drenagem de Vila Nova da Rainha, Apiedeiro” a 24 de Novembro

No final 2011 encontravam-se concluídos aguardando apenas ensaios e vistoria que permitam realizar a receção provisória as seguintes obras:

- “Fascículo FB03 – Construção de rede doméstica de Quebradas”;
- “Fascículo FB04 – Construção de rede doméstica de Espinheira”;
- “Fascículo FB07 – Construção de rede doméstica de Vale do Brejo”;
- “Fascículo FB08 – Construção de rede doméstica de Azambuja 5ª fase (Espingardeiro e Margana) ”;

Relativamente às obras de “Reabilitação de infraestruturas existentes”, os trabalhos em todos os 11 reservatórios englobados na empreitada de requalificação encontram-se concluídos.

Os trabalhos de assessoria para a Fiscalização das Obras Previstas no Plano de Investimentos da Concessão continuam a estar a cargo da empresa DDN – Gestão, Coordenação e Fiscalização Lda.



## ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

### Nota Introdutória:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas da Azambuja, S.A., no exercício de 2011, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2011.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

### Análise de Custos e de Proveitos

A empresa regista, no ano de 2011, um resultado líquido negativo de 273.931 euros.

(em euros)

Demonstração dos Resultados	2010	2011	Var.
			%
Vendas	2.160.260	2.271.700	5,2%
Prestações de Serviços	521.637	551.192	5,7%
Volume de Negócios	2.681.896	2.822.892	5,3%
CMVMC	942.294	1.214.378	28,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.408.702	1.426.038	1,2%
Gastos com o Pessoal	222.854	246.604	10,7%
Outros Resultados Operacionais	21.463	57.159	166,3%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)</b>	<b>129.510</b>	<b>(6.970)</b>	<b>(105,4%)</b>
Amortizações, Deprec. e Reversões	60.825	57.279	(5,8%)
<b>Resultado operacional (RO)</b>	<b>68.685</b>	<b>(64.249)</b>	<b>(193,5%)</b>
Resultados Financeiros	(167.351)	(210.675)	(25,9%)
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>(98.665)</b>	<b>(274.924)</b>	<b>(178,6%)</b>
Imposto Sobre o Rendimento	(2.646)	(993)	62,5%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(96.019)</b>	<b>(273.931)</b>	<b>(185,3%)</b>

(em euros)

	2010	2011	Var.
			%
<b>EBITDA (Cash-Flow Operacional)</b>	<b>105.138</b>	<b>(38.340)</b>	<b>(136,5%)</b>
Margem EBITDA	3,92%	-1,36%	(5,3 p.p.)
<b>EBIT (Resultado Operacional)</b>	<b>68.685</b>	<b>(64.249)</b>	<b>(193,5%)</b>
Margem EBIT	2,56%	-2,28%	(4,7 p.p.)

EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de Negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

O Resultado Líquido obtido teve como principais contribuidores:

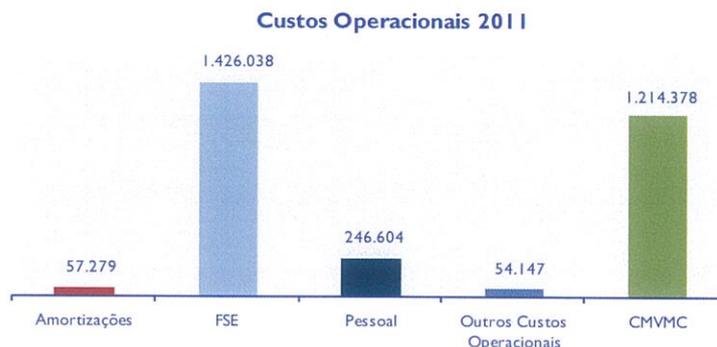


Tanto a vertente Operacional como a Financeira apresentam desempenhos que contribuíram negativamente para o resultado alcançado.

### EBIT (Resultado Operacional)

O EBIT (Resultado Operacional) regista um resultado negativo de 64.249 euros. Os proveitos operacionais no montante total de 2.940.849 euros, constituídos essencialmente pelo Volume de Negócios, ficaram abaixo dos custos operacionais que atingiram os 3.005.098 euros

A decomposição dos Custos Operacionais é a seguinte:



Os Fornecimentos e Serviços Externos aumentam essencialmente por via do Saneamento, em consequência quer do aumento da tarifa, quer dos mínimos cobrados em 2011 associados ao incremento da área abrangida. Os trabalhos de Consultoria referentes ao Reequilíbrio da Concessão contribuem igualmente para esta variação.

O aumento verificado na rubrica de CMVMC justifica-se pelo maior investimento em substituição de contadores comparativamente com 2010, aumento da tarifa em 3,6%, aumento do volume de água comprada e novos pontos de entrega. As vendas não acompanham este crescimento devido às perdas verificadas em cerca de 29%.

## Resultado Financeiro

A vertente financeira regista um resultado negativo de 210.675 mil euros, explicado essencialmente por encargos financeiros derivados do aumento da dívida e aumento das taxas de juro.

## Análise do Balanço

*(em euros)*

Balanço	2010	2011	Var.
			%
<b>Activo</b>			
Activos Fixos e Intangíveis	2.664.672	3.827.489	43,6%
Outros	18.213	91.930	404,7%
<b>Total dos Activos não Correntes</b>	<b>2.682.885</b>	<b>3.919.419</b>	<b>46,1%</b>
Contas a Receber	701.782	784.433	11,8%
Diferimentos	115.499	92.251	(20,1%)
Outros	386.510	759.494	96,5%
<b>Total dos Activos Correntes</b>	<b>1.203.791</b>	<b>1.636.178</b>	<b>35,9%</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>3.886.676</b>	<b>5.555.597</b>	<b>42,9%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>	<b>25.724</b>	<b>78.921</b>	<b>206,8%</b>
Financiamentos Obtidos	1.341.925	2.578.970	92,2%
Accionistas	157.500	492.500	212,7%
Contas a Pagar	619.139	569.333	(8,0%)
Outros	588.777	613.714	4,2%
<b>Total dos Passivos não Correntes</b>	<b>2.707.341</b>	<b>4.254.517</b>	<b>57,1%</b>
Contas a Pagar	1.124.697	1.207.064	7,3%
Outros	28.914	15.095	(47,8%)
<b>Total dos Passivos Correntes</b>	<b>1.153.611</b>	<b>1.222.159</b>	<b>5,9%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>3.860.952</b>	<b>5.476.676</b>	<b>41,8%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>3.886.676</b>	<b>5.555.597</b>	<b>42,9%</b>

O total do **Activo** atingiu, no final de 2011, o montante de 5.556 mil euros, valor superior em 42,9% ao registado no final de 2010.

Os **Activos não Correntes** aumentam 46,1% por via dos investimentos realizados, conforme previsto no Plano de Investimentos.

O reconhecimento das prestações suplementares no valor de 320 mil euros, que irão ser disponibilizadas durante o exercício de 2012, contribui para o aumento dos **Activos Correntes**.

O **Capital Próprio** aumenta por via das Prestações Suplementares. Em sentido contrário encontra-se o resultado líquido verificado no final de 2011 e a variação negativa do justo valor do instrumento de cobertura (SWAP).

Os **Passivos não Correntes** apresentam no final de 2011, o montante de 4.254,5 mil euros, valor superior em 57% ao registado no final de 2010. Verifica-se um aumento do financiamento junto da CGD BI por via dos desembolsos recebidos no total de 1,06M€. O reforço das prestações suplementares contribui igualmente para este resultado.

A variação verificada nos **Passivos Correntes** resulta essencialmente do aumento da dívida a fornecedores.

## Indicadores

Os indicadores de Rentabilidade revelam o impacto dos resultados líquidos negativos que a empresa regista nos dois anos.

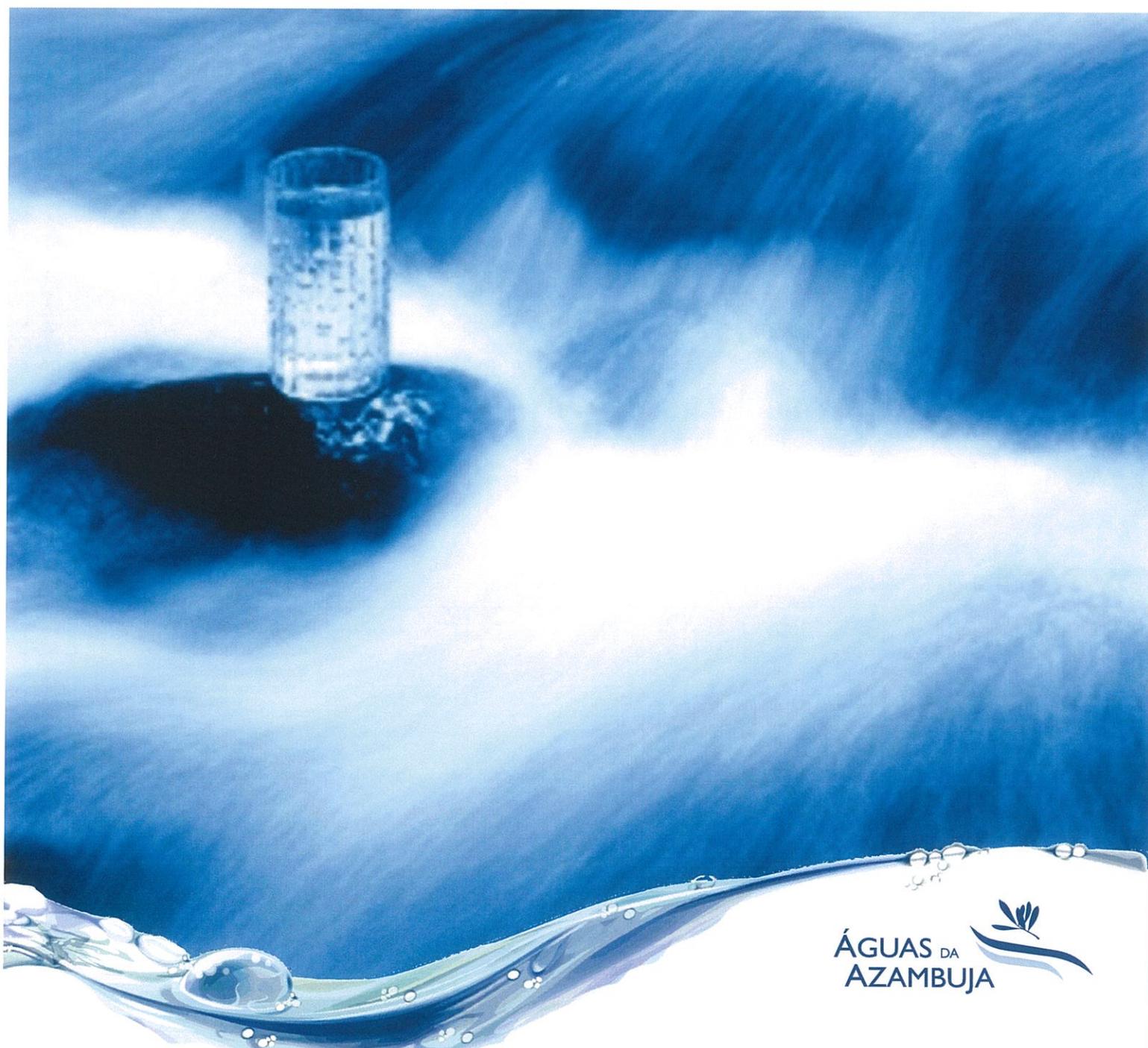
Ao nível dos indicadores de endividamento, quer a Autonomia Financeira quer a Solvabilidade registam, em 2011, um ligeiro acréscimo face ao ano anterior, por via do aumento geral das rubricas do balanço.

Indicadores	2010	2011	Var.
			p.p.
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	(373,3%)	(347,1%)	26,2 p.p.
Rentabilidade do Activo (%)	(2,5%)	(4,9%)	(2,4 p.p.)
Autonomia Financeira (%)	0,66%	1,42%	0,76 p.p.
Solvabilidade (%)	0,67%	1,44%	0,77 p.p.

p.p. - pontos percentuais

P. P.  
A

# Perspectivas para o Futuro



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Para o ano de 2012 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da actividade da empresa:

- Manutenção do ritmo de realização das Obras previstas no Plano de Investimento para o ano de 2012;
- Melhoria do desempenho operacional da rede de abastecimento de água com a consequente redução do volume de água comprada;
- Continuidade da campanha de substituição de contadores;
- Optimização do Plano de Manutenção Preventiva da Infra-estruturas;
- Aproximação aos grandes clientes;
- Arranque do Projecto de Telegestão;
- Início do Processo de Certificação (Qualidade, Ambiente e Segurança).

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afectar significativamente a situação da Águas da Azambuja, referenciamos:

- Posicionamento da Concessionária do Sistema Multimunicipal;
- Evolução das taxas de juro e variações dos preços de energia e combustíveis;
- Retracção de consumos devido à conjuntura económico-financeira;
- Resolução dos desequilíbrios verificados no contrato de concessão, nomeadamente no que se refere às diferenças de consumos, revisão do Plano de Investimentos atendendo ao atraso ou não execução de investimento por parte da Águas do Oeste e à adaptação ao novo diploma legal D.L. 194/2009



R.A.S.

# Considerações Finais



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2011, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, directa ou indirectamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – Câmara Municipal de Azambuja;
- Os Accionistas AQUAPOR - Serviços, SA, e ECOBREJO – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A. pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram prova no seguimento das actividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- Os Colaboradores de Águas da Azambuja, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

e.A  
8

# Outras Informações



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2011
- Não foram adquiridas ou alienadas acções próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2011;
- A sociedade não tem sucursais.

*E. J. S.*

# Proposta de Aplicação de Resultados



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2011, no montante de 273.931 euros negativos, seja transferido para Resultados Transitados a inscrever na conta 56.

### O Conselho de Administração



Eng.º Diogo Manuel Mena Faria de Oliveira



Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho



Dra. Catarina Alexandra Machado Pragosa

R. J. B.

# Contas do Exercício de 2011 e Respectivo Anexo



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011 E RESPECTIVO ANEXO

Águas da Azambuja, S.A.

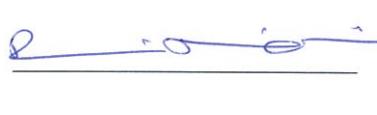
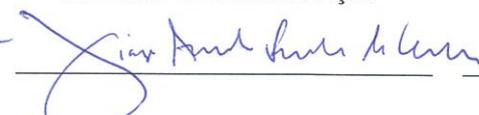
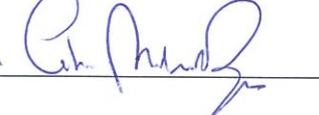
**BALANÇO**

31 de Dezembro de 2011

Quantias em Euros

	Notas	31-12-2011	31-12-2010
<b>Activo</b>			
<b>Activo Não Corrente</b>			
Activos Fixos Tangíveis	8	77.635	93.487
Activos Intangíveis	7	3.749.854	2.571.185
Activos por Impostos Diferidos	12	91.930	18.213
		3.919.419	2.682.885
<b>Activo Corrente</b>			
Inventários	9	74.317	105.784
Clientes	13	400.502	372.727
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	45.056	48.337
Accionistas/Sócios	13.6	320.000	-
Outras Contas a Receber	13.2	338.875	280.718
Diferimentos	15.2	92.251	115.499
Caixa e Depósitos Bancários	4	365.177	280.726
		1.636.178	1.203.791
<b>Total do Activo</b>		<b>5.555.597</b>	<b>3.886.676</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	13.8	50.000	50.000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13	760.000	440.000
Resultados Transitados	15.3	(240.059)	(144.039)
Ajustamentos em Activos Financeiros	13.7	(217.089)	(224.218)
Resultados Líquidos do Período	15.3	(273.931)	(96.019)
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>78.921</b>	<b>25.724</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	11	291.380	328.594
Financiamentos Obtidos	13.5	2.578.970	1.341.925
Passivos por Impostos Diferidos	12	26.974	35.965
Accionistas/Sócios	13.6	492.500	157.500
Outras Contas a Pagar	13.4	569.333	619.139
Outros Passivos Financeiros	13.7	295.360	224.218
		4.254.517	2.707.341
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	13.3	750.534	570.713
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	9.098	7.773
Financiamentos Obtidos	13.5	-	28.914
Outras Contas a Pagar	13.4	447.432	546.211
Diferimentos	15.2	15.096	-
		1.222.160	1.153.611
<b>Total do Passivo</b>		<b>5.476.678</b>	<b>3.860.952</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>5.555.597</b>	<b>3.886.676</b>

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas



**Águas da Azambuja, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**  
**Período findo em 31 de Dezembro de 2011**

Quantias em Euros

	Notas	31-12-2011	31-12-2010
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e Serviços Prestados	10	2.822.892	2.681.896
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(1.214.378)	(942.294)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.4	(1.426.038)	(1.408.701)
Gastos com o Pessoal	14	(246.604)	(222.854)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(6.652)	(3.616)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	38.022	27.988
Outros Rendimentos e Ganhos	15.5	79.935	114.700
Outros Gastos e Perdas	15.6	(54.147)	(117.609)
<b>Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>(6.970)</b>	<b>129.510</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.7	(57.279)	(60.825)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>(64.249)</b>	<b>68.685</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.8	4.651	23.588
Juros e Gastos Similares Suportados	15.9	(215.326)	(190.938)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>(274.924)</b>	<b>(98.665)</b>
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	993	2.646
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>(273.931)</b>	<b>(96.019)</b>

**Conselho de Administração**


**Técnico Oficial de Contas**



**Águas da Azambuja, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**  
Período findo em 31 de Dezembro de 2011

Descrição	Quantias em Euros					
	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Resultados Transitados	Ajustamentos em Activos e Passivos Financeiros	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010</b>	50.000	250.000	-	(89.607)	(144.039)	66.354
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	-	-	(144.039)	-	144.039	-
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	(144.039)	-	144.039	-
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>	-	-	-	(134.612)	-	(134.612)
Ganhos líquidos em coberturas	-	-	-	(134.612)	-	(134.612)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	-	-	-	-	(96.019)	(96.019)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	-	-	-	-	(96.019)	(96.019)
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	-	-	-	-	(96.019)	(230.631)
Prestações suplementares	-	190.000	-	-	-	190.000
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010</b>	-	190.000	-	-	-	190.000
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011</b>	50.000	440.000	(144.039)	(224.218)	(96.019)	25.723
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	50.000	440.000	(144.039)	(224.219)	(96.019)	25.723
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	(96.019)	-	96.019	-
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>	-	-	(96.019)	-	96.019	-
Ganhos em coberturas líquidos de Impostos Diferidos	-	-	-	7.129	-	7.129
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	-	-	-	7.129	-	7.129
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	-	-	-	-	(273.931)	(273.931)
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	-	-	-	-	(273.931)	(266.801)
Prestações suplementares	-	320.000	-	-	-	320.000
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011</b>	50.000	760.000	(240.059)	(217.089)	(273.931)	78.921




**Águas da Azambuja, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**Período findo em 31 de Dezembro de 2011**

	Quantias em Euros	
	31-12-2011	31-12-2010
<u>Fluxo de caixa das actividades operacionais - método directo</u>		
Recebimentos de Clientes	3.530.958	3.681.080
Pagamentos a Fornecedores	(4.299.287)	(4.016.309)
Pagamentos ao Pessoal	(234.040)	(217.830)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>(1.002.370)</b>	<b>(553.058)</b>
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(1.791)	(697)
Outros recebimentos / pagamentos	(157.869)	80.719
<b>Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>(1.162.030)</b>	<b>(473.036)</b>
<u>Fluxo de caixa das actividades de investimento</u>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos Fixos Tangíveis	(2.286)	(6.162)
Activos Intangíveis	(125.053)	(53.314)
	<b>(127.339)</b>	<b>(59.476)</b>
<b>Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>(127.339)</b>	<b>(59.476)</b>
<u>Fluxo de caixa das actividades de financiamento</u>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	1.223.500	711.029
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	335.000	-
	<b>1.558.500</b>	<b>711.029</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	(28.914)	-
Juros e gastos similares	(155.767)	(113.164)
Outras operações de financiamento	-	(224.218)
	<b>(184.681)</b>	<b>(337.382)</b>
<b>Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>1.373.819</b>	<b>373.647</b>
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	<b>84.450</b>	<b>(158.865)</b>
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	280.726	439.592
Caixa e seus equivalentes no fim do período	365.177	280.726

Conselho de Administração


Técnico Oficial de Contas



## Águas da Azambuja, S.A.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

### ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros  
excepto quando expressamente indicado de outra forma)

#### I. Identificação da Entidade

A Águas da Azambuja, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 10 de Março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em Abril de 2007, que tem por objecto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água e de recolha e de rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja.

A Empresa tem a sua sede na Rua Teodoro José Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 – Azambuja, Portugal.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Aquapor – Serviços, S.A. (74,98%), com sede em Lisboa. O restante capital é distribuído da seguinte forma:

- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A. - 24,99%;
- Luságua – Serviços Ambientais, S.A. - 0,01%;
- Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A. - 0,01%;
- Pragosa Ambiente, S.A. - 0,01%.

#### Actividade Concessionada

Em 11 de Maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A., pelo prazo de 30 anos e mediante uma renda total de 1.015.725 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 11 de Julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Azambuja.

Nos termos do Contrato, a propriedade de todos os bens, infra-estruturas, instalações e equipamentos (com excepção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afectos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em

perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efectuado.

No início desta concessão, parte das infra-estruturas utilizadas na prestação dos serviços objecto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração, nomeadamente os planos de abastecimento de águas (3.731.384 Euros) e saneamento de águas residuais (3.307.339 Euros).

De acordo com contrato de concessão, estas infra-estruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou directamente pelos mesmos, estes activos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um activo intangível relacionado com o direito de utilização destas infra-estruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes activos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do activo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º ano: 208.782 Euros; 2º ano: 104.391 Euros; 3º ano: 83.512 Euros; 4º ano: 62.635 Euros; 5º ano e seguintes: 21.400 Euros (montantes que serão actualizados anualmente com base no IPC).

Com vista à revisão do Contrato de Concessão, a Águas da Azambuja apresentou um pedido de Revisão do Contrato de Concessão à Câmara Municipal de Azambuja no dia 24 de Junho tendo por base:

- Alterações legislativas: Por força do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, cujo prazo de adaptação termina a 20 de Agosto 2012, e da Recomendação Tarifária da Entidade Reguladora;
- Variação dos caudais faturados superior a 20% ao previsto em caso base;
- Condicionantes ao Plano de Investimentos da Águas da Azambuja.

É objetivo das Partes que este processo negocial esteja aprovado até Agosto de 2012.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

As demonstrações financeiras de 2011 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

R.  
K  
J  
B

### 3. Principais políticas contabilísticas

A Empresa adoptou o disposto nas NCRF, e supletivamente adoptou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os activos da concessão.

No âmbito da actividade concessionada, a Empresa reconheceu um activo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infra-estruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a construção das infra-estruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos activos, não se consideram activos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Activos Fixos Tangíveis. Pela análise efectuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão directamente associadas ao risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um tecto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um activo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa foram as seguintes:

#### (a) Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Activos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o activo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha recta.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2011	2010
Equipamento Administrativo	10% - 33.33%	10% - 33.33%
Outros Activos Fixos Tangíveis	12.50%	12.50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do activo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do activo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

### Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do activo (que é a mais alta entre o justo valor do activo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um activo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o activo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afectarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um activo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do activo;

- A quantia escriturada dos activos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um activo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera -se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um activo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um activo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o activo pertence, planos para alienar um activo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um activo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efectuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

### **(b) Activos Intangíveis**

Activos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é reflectido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os activos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos activos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Activos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Activos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o activo pode estar em imparidade.

A imparidade destes activos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Activos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efectuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um activo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha recta, excepto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

*[Handwritten initials and signature]*

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2011	2010
Propriedade Industrial	33,33%	33,33%
Direito de Concessão	2,31%	2,26%
Outros	2,31%	2,26%

O gasto com amortizações de activos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Activos Intangíveis:

#### **(b.1) Propriedade Industrial**

Nesta rubrica encontra-se reflectida a aquisição de um software para a realização de desenho de plantas, relativamente ao qual existe o direito exclusivo de utilização.

A amortização é efectuada de acordo com o Decreto-Lei 25/2009.

#### **(b.2) Direitos de Concessão relacionados com a actividade concessionada**

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infra-estruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão, normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente facturados nesse exercício e os efluentes a facturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

#### **(b.3) Outros**

São reconhecidos nesta rubrica as despesas iniciais com a aquisição do Direito da Concessão, no montante de 539.578 euros.

## **(c) Activos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período**

### **(c.1) Activos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Activos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e passivos da Empresa.

Os Activos por Impostos Diferidos reflectem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Activos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o activo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflecte as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

### **(c.2) Imposto sobre o Rendimento**

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 25%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 26,5%. Quando o lucro do exercício ultrapassa os 2 milhões de Euros, é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 2,5% sobre o lucro acima daquele valor, o que resulta numa taxa agregada máxima de 29%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras.

#### (d) Inventários

A valorização dos inventários e os respectivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(\*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efectuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

#### (e) Activos Financeiros

Os Activos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Activos financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes activos. Sempre que existia uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;

- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os activos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Activos Financeiros.

### **(e.1) Clientes**

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

### **(e.2) Outras Contas a Receber**

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

### **(e.3) Caixa e Bancos**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço

### **(f) Estado e Outros Entes Públicos**

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

#### **(g) Diferimentos Activos e Passivos**

Esta rubrica reflecte as transacções e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

#### **(h) Rubricas dos Capitais Próprios**

##### **(h.1) Capital Realizado**

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

##### **(h.2) Outros instrumentos de capital próprio**

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efectuadas pelos accionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

##### **(h.3) Resultados Transitados**

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos accionistas. De acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

##### **(h.4) Ajustamentos em activos financeiros**

Esta rubrica inclui o montante relativo à valorização do Notional referente ao contrato de Cobertura de Taxa de Juro, celebrado com a Caixa BI.

#### **(i) Provisões**

Esta conta reflecte as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a

obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflecte riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

**(i.1) Provisões para investimentos de substituição**

O valor de 291.380 euros constante nesta rubrica é referente à constituição da provisão de Investimento de substituição.

**(j) Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores**

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

**(j.1) Financiamentos Obtidos**

Os financiamentos estão valorizados ao custo. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respectivo derivado é apresentado em Outros Passivos Financeiros.

**(j.2) Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

**(j.3) Accionistas**

Os empréstimos de accionistas encontram-se valorizados ao custo.

**(j.4) Outras Contas a Pagar**

As outras contas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Outros credores;

**(j.5) Outros passivos financeiros**

Esta rubrica inclui instrumentos financeiros derivados relativamente aos quais haja cobertura efectiva nos termos da NCRF 27 (com aplicação da IAS 39).

A Empresa celebrou um contrato de permuta de taxa de juro (interest rate swap), através do qual converteu a taxa de juro variável em taxa de juro fixa, com o objectivo de efectuar cobertura económica dos seus empréstimos.

Os fluxos de juros resultantes dos swaps, a receber e a pagar, são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico dos acréscimos; os resultados financeiros registados correspondem ao diferencial entre (i) a taxa de juro fixa contratada e (ii) a taxa de juro variável, aplicado ao “notional amount”, segundo os contratos de swap.

### **(l) Efeito das alterações das taxas de câmbio**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transacções.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

### **(m) Vendas e Prestações de Serviço**

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efectiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

#### **(m.1) Vendas**

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa; e

- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

### **(m.2) Prestações de Serviço**

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da actividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

### **(n) Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

#### **(n.1) Férias e Subsídio de Férias**

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

#### **(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego**

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;

- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

#### **(o) Juros e gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (SWAP).

#### **(p) Activos e Passivos Contingentes**

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,  
ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
  - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
  - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

#### **(q) Eventos subsequentes**

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que

proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

### 3.2 Juízos de valor

#### (a) Vidas úteis dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que esse activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efectiva de um activo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

#### (b) Impostos Diferidos Activos

São reconhecidos Impostos Diferidos Activos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

### 3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

### **(a) Imparidade de Activos Não Financeiros**

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um activo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transacções de activos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o activo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui actividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

### **(b) Imparidade das contas a receber**

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efectivo a incorrer no futuro.

### **(c) Provisões**

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes factores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

*R.*  
*[Handwritten signature]*

#### 4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2011	2010
Caixa	500	500
Depósitos à Ordem	364.677	280.226
	<b>365.177</b>	<b>280.726</b>

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa constante da Demonstração de Fluxos de Caixa decompõe-se da seguinte forma:

	2011	2010
Caixa	500	500
Depósitos à Ordem	364.677	280.226
	365.177	280.726
Caixa e Depósitos Bancários de uma Unidade em Descontinuação	-	-
	365.177	280.726
Descobertos Bancários	-	(28.914)
	<b>365.177</b>	<b>251.813</b>

#### 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adoptada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detectados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

#### 6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Actividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	<i>Gestão de Participações</i>	<i>Lisboa</i>
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	<i>Tratamento de Águas Residuais</i>	<i>Prest. Serviços em vários locais do Continente</i>
<i>Pragosa Ambiente</i>	<i>Limpeza, recolha, transporte e valorização de resíduos</i>	<i>Batalha</i>
<i>Construções Pragosa</i>	<i>Obras de construção civil</i>	<i>Batalha</i>
<i>Ecobrejo</i>	<i>Gestão de resíduos e do ambiente</i>	<i>Batalha</i>

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação directa na Águas da Azambuja, S.A. correspondente a 74,98% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas da Azambuja presta / Transações que faz	Serviços que a Águas da Azambuja recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, rendas de viaturas.
Luságua Serviços Ambientais	-	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.
Ecobrejo	-	Assistência técnica.
Construções Pragosa	-	Obras de Construção Civil.
Pragosa Ambiente	-	Recolha e transporte de resíduos.

A quantia das transacções e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Accionistas	
						Saldo devedor	Saldo credor
Aquapor Serviços	2011		136.449		31.127	240.000	(369.375)
	2010	-	123.576	-	353.129	-	
Luságua Serviços Ambientais	2011		23.190		1.304		
	2010	-	29.591	-	14.942	-	
Ecobrejo	2011		31.643		13.346	80.000	(123.125)
	2010	-	-	-	-	-	
Construções Pragosa	2011		1.026.957		108.575		
	2010	-	-	-	-	-	
Pragosa Ambiente	2011		68.822		14.551		
	2010	-	-	-	-	-	

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2011	2010
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	55.957	60.613
Total de remunerações	55.957	60.613



## 7. Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Activos Intangíveis
<b>Custo:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2010</b>	1.395.400	1.164	539.578	10.306	1.946.449
Aquisições	17.841	-	-	661.386	679.227
Transferências	121.669	-	-	(121.669)	-
<b>31 de Dezembro de 2010</b>	1.534.910	1.164	539.578	550.023	2.625.676
Aquisições	-	-	-	1.226.699	1.226.699
Transferências	229.082	-	-	(229.082)	-
Abates	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2011</b>	<b>1.763.992</b>	<b>1.164</b>	<b>539.578</b>	<b>1.547.641</b>	<b>3.852.373</b>

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Activos Intangíveis
<b>Amortizações e Imparidade:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2010</b>	7.452	65	2.922	-	10.438
Amortizações	23.551	388	20.114	-	44.053
<b>31 de Dezembro de 2010</b>	<b>31.003</b>	<b>453</b>	<b>23.036</b>	-	<b>54.491</b>
Amortizações	35.642	388	11.999	-	48.027
Transferências	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2011</b>	<b>66.645</b>	<b>841</b>	<b>35.035</b>	-	<b>102.518</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>					
A 31 de Dezembro de 2011	1.697.347	323	504.543	1.547.641	3.749.854
A 31 de Dezembro de 2010	1.503.907	711	516.543	550.023	2.571.185
A 1 de Janeiro de 2010	1.387.948	1.099	536.657	10.306	1.936.011

Parte do saldo da rubrica 'Activo Intangível – Direito de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Município de Azambuja'.

## 8. Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Total Activos Tangíveis
<b>Custo:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2010</b>	55.454	4.153	52.939	-	112.546
Aumentos	1.805	754	3.995	-	6.554
<b>31 de Dezembro de 2010</b>	<b>57.259</b>	<b>4.907</b>	<b>56.934</b>	-	<b>119.100</b>
Aumentos	-	-	996	484	1.480
Transferências	-	(4.907)	-	4.907	-
Abates	-	-	(256)	-	(256)
<b>31 de Dezembro de 2011</b>	<b>57.259</b>	-	<b>57.675</b>	<b>5.391</b>	<b>120.325</b>

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Total Activos Tangíveis
<b>Amortizações e Imparidade:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2010</b>	2.773	699	5.369	-	8.841
Amortizações	5.651	874	10.247	-	16.772
<b>31 de Dezembro de 2010</b>	<b>8.424</b>	<b>1.573</b>	<b>15.616</b>	-	<b>25.613</b>
Amortizações	5.726	-	10.554	975	17.254
Transferências	-	(1.573)	-	1.573	-
Abates	-	-	(178)	-	(178)
<b>31 de Dezembro de 2011</b>	<b>14.150</b>	-	<b>25.992</b>	<b>2.548</b>	<b>42.690</b>
<b>Valor Líquido contabilístico:</b>					
A 31 de Dezembro de 2011	<b>43.109</b>	-	<b>31.683</b>	<b>2.843</b>	<b>77.635</b>
A 31 de Dezembro de 2010	<b>48.835</b>	<b>3.334</b>	<b>41.318</b>	-	<b>93.487</b>
A 1 de Janeiro de 2010	<b>52.681</b>	<b>3.454</b>	<b>47.570</b>	-	<b>103.706</b>

## 9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2011	2010
Matérias primas, Subs. e de Consumo	74.317	105.784
	<b>74.317</b>	<b>105.784</b>

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

### Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2010	35.808
Compras	1.012.270
Regularização de inventários (Nota 31.10)	(25.245)
Existências em 31 de Dezembro de 2010	(105.784)
	<b>942.294</b>
Existências em 1 de Janeiro de 2011	105.784
Compras	1.182.910
Regularização de inventários	(1.033)
Existências em 31 de Dezembro de 2011	(74.317)
	<b>1.214.378</b>

*[Handwritten signature and initials]*

## 10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2011	2010
Vendas		
Mercadorias	3.154	1.258
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	1.677.062	1.625.294
Quota Serviço Água	591.484	533.708
	<b>2.271.700</b>	<b>2.160.260</b>
Prestações de Serviços		
Diversos	204.642	210.221
Venda de Saneamento	346.550	311.416
	<b>551.192</b>	<b>521.637</b>
	<b>2.822.892</b>	<b>2.681.896</b>

A rubrica 'Diversos' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água, Ramais Água e Ramais Saneamento, Instalação, Reparação e Conservação de Contadores/Ramais, Deslocações e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços é referente ao mercado interno.

## 11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se reflectido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de substituição	Total
A 1 de Janeiro de 2010	356.581	356.581
Reversões do ano	(27.988)	(27.988)
A 31 de Dezembro de 2010	<b>328.594</b>	<b>328.594</b>
A 1 de Janeiro de 2011	328.594	328.594
Reversões do ano	(129.211)	(129.211)
Aumentos do ano	91.189	91.189
Ajustamento temporal	808	808
A 31 de Dezembro de 2011	<b>291.380</b>	<b>291.380</b>

## 12. Imposto sobre o Rendimento

O Rendimento por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Imposto Corrente		
IRC do ano	3.445	1.792
	3.445	1.792
Imposto Diferido		
Outros movimentos	(4.438)	(4.438)
	(4.438)	(4.438)
	<b>(993)</b>	<b>(2.646)</b>

Não foram reconhecidos no ano quaisquer ajustamentos de impostos correntes de exercícios anteriores.

Não houve alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos, pelo que a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações.

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes de impostos	(274.924)	(98.666)		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,5%	26,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	(72.855)	(26.146)	26,50%	26,50%
Proveitos não tributáveis				
Variações patrimoniais negativas	1.616	1.616		
Mais Valias Contabilísticas	79	-		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	129.211	27.988		
Outros	-	4.438		
	130.906	34.041	15,75%	9,14%
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Variações patrimoniais positivas	18.363	18.363		
Multas, coimas e juros compensatórios	675	6.694		
Menos Valias Contabilísticas	78	-		
Provisões para além limites legais	91.189	8.003		
Registo de perdas de imparidade	3.905	-		
IRC e outros impostos incidentes sobre os lucros	3.445	1.792		
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	20.828		
Outros	2.790	5.514		
	120.444	61.194	10,15%	16,44%
Lucro tributável	(285.385)	(71.513)		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%		
Imposto calculado	-	-	0,00%	0,00%
Tributação autónoma	3.445	1.792	(1,56%)	(1,82%)
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(4.438)	(4.438)	2,02%	4,50%
	(993)	(2.646)	0,45%	2,68%
Imposto sobre o rendimento	(993)	(2.646)	0,45%	2,68%

As quantias de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

*Handwritten signature and initials*

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2011	2010	2011	2010
<b>Impostos Diferidos Passivos</b>				
Ajustamentos de transição para o SNC				
Integração Património e Bens Adquiridos (Eq. Básico) e Amortizações	22.641	30.188	(7.547)	(7.547)
Integração Património e Bens Adquiridos (Edifícios)	1.193	1.590	(398)	(398)
Valor da Renda reconhecido em 2010	3.140	4.187	(1.047)	(1.047)
	<b>26.974</b>	<b>35.965</b>	<b>(8.991)</b>	<b>(8.991)</b>
<b>Impostos Diferidos Activos</b>				
Ajustamentos de transição para o SNC				
Subsidio	13.250	17.667	(4.417)	(4.417)
Custo amortizado	410	547	(137)	(137)
SWAP	78.270			
	<b>91.930</b>	<b>18.213</b>	<b>(4.553)</b>	<b>(4.553)</b>
			<b>(4.438)</b>	<b>(4.438)</b>

### 13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Activos		2011	2010
<b>Corrente</b>			
Clientes			
Valor Bruto		410.769	376.343
Imparidade		(10.267)	(3.616)
Accionistas		320.000	-
		<b>720.502</b>	<b>372.727</b>
Outras contas a receber		338.875	280.718
		<b>1.059.377</b>	<b>653.445</b>
<b>Instrumentos Financeiros Passivos</b>			
<b>Não corrente</b>			
Financiamentos obtidos			
Accionistas		492.500	157.500
Outras contas a pagar		569.333	619.139
		<b>3.640.803</b>	<b>2.118.564</b>
<b>Corrente</b>			
Fornecedores			
Financiamentos obtidos		-	28.914
Outras contas a pagar		447.432	546.211
		<b>1.197.966</b>	<b>1.145.838</b>
		<b>4.838.770</b>	<b>3.264.412</b>
<b>Instrumentos Financeiros Derivados</b>			
Outros passivos financeiros			
Swap		295.360	224.218
		<b>295.360</b>	<b>224.218</b>
<b>Instrumentos Financeiros de Capital</b>			
<b>Capital</b>			
Outros instrumentos de capital		50.000	50.000
Prestações suplementares		760.000	440.000
		<b>810.000</b>	<b>490.000</b>

As Prestações Suplementares do exercício no montante de 320.000 euros não estão realizadas a 31 de Dezembro de 2011.

R. J. A.  
8

### 13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 60 Dias	60-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2011	410.769	247.799	74.303	12.773	8.959	5.428	61.507
Ano 2010	376.343	240.425	56.670	17.939	17.494	14.929	28.886

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2011					
Clientes	3.616	6.652	-	-	10.267
	<b>3.616</b>	<b>6.652</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.267</b>
Exercício de 2010					
Clientes	-	3.616	-	-	3.616
	<b>-</b>	<b>3.616</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.616</b>

### 13.2 Outras Contas a Receber

O saldo de Outras Contas a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Outras contas a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	281.246	236.805
Saneamento	41.222	30.253
Outros	-	13.661
Devedores diversos	16.406	-
	<b>338.875</b>	<b>280.718</b>

### 13.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Fornecedores		
Nacionais	688.777	448.848
Entidades relacionadas	61.757	121.865
	<b>750.534</b>	<b>570.713</b>

### 13.4 Outras Contas a Pagar

O saldo de Outras Contas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Outras contas a pagar - não corrente		
Outros credores		
Renda de concessão	569.333	619.139
	<u>569.333</u>	<u>619.139</u>
Outras contas a pagar - corrente		
Fornecedores de investimento	137.621	148.429
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	37.343	32.271
Fornecimentos e serviços por facturar	1.477	13.555
Diversos	115.201	129.706
Outros credores		
Taxa Municipal RSU	89.345	138.738
Renda de concessão	66.445	83.513
	<u>447.432</u>	<u>546.211</u>
	<b>1.016.764</b>	<b>1.165.353</b>

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Renda de Concessão' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respectivo contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Activos Intangíveis – Direitos de Concessão.

### 13.5 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	Taxa Juros Efectiva	Maturidade	2011	2010
Não correntes				
Empréstimos bancários				
CGDI	Euribor 6M	20-05-2009 a 24-08-2014	2.578.970	1.341.925
			<u>2.578.970</u>	<u>1.341.925</u>
Correntes				
Descobertos Bancários	Várias	À Vista	-	28.914
			<u>-</u>	<u>28.914</u>

### 13.6 Accionistas

O saldo de Accionistas decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Accionistas – Outras Operações Activas	320.000	-
Accionistas – Outras operações Passivas	(492.500)	(157.500)
	<u>(172.500)</u>	<u>(157.500)</u>

2. *[Handwritten signature]*

A variação do saldo de acionistas no exercício de 2011 explica-se quer pelo reconhecimento nas contas do montante de 335.000 euros relativo a empréstimo acionista (conforme contrato financiamento) quer pelo reconhecimento de 320.000 euros de prestações suplementares a reconhecer em disponibilidades durante o exercício de 2012.

### 13.7 Outros Passivos Financeiros

O saldo de Outros Passivos Financeiros decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Derivados com cobertura eficaz		
"Swap" de taxa de juro variável	295.360	224.218
	<b>295.360</b>	<b>224.218</b>

No âmbito da gestão operacional da sua actividade, a Águas da Azambuja, S.A. contratou um financiamento a taxa de juro variável, com a Caixa Geral de Depósitos BI, e utiliza o contrato de permuta de taxa de juro para fazer a cobertura económica dos juros, a pagar até 24 de Fevereiro de 2015. A empresa Águas da Azambuja, S.A. pretendeu assim cobrir o risco de taxa de juro decorrente da imprevisibilidade da evolução futura dos mercados financeiros.

Em 31 de Dezembro de 2011, a empresa apresenta um contrato de permuta de taxa de juro variável por taxa fixa com a CGD BI, como se segue:

O notional do contrato de swap em 31 de Dezembro de 2011 ascende a 2.340.000 euros (2010: 4.131.000 euros) e o correspondente justo valor (valor a pagar no caso de resolução do contrato de swap), àquela data, é de cerca de 295.360 euros (2010: 224.218 euros) a favor da entidade bancária.

O justo valor do swap refletido na rubrica de Capital Próprio, líquido de Imposto Diferido é de 217.089 euros

As quantias resultantes da alteração de justo valor de instrumentos de cobertura que foram reconhecidas no capital próprio durante o período são as indicadas no quadro seguinte:

Ano de 2011	2010	Varição de justo valor	2011
Ajustamentos em activos e passivos financeiros			
Variação em Passivos			
Derivados com cobertura eficaz			
"Swap's" de taxa de juro variável	224.218	71.141	295.360
Imposto Diferido	-	(78.270)	(78.270)
	<b>224.218</b>	<b>(7.129)</b>	<b>217.089</b>

Ano de 2010	2009	Varição de justo valor	2010
Ajustamentos em activos e passivos financeiros			
Variação em Passivos			
Derivados com cobertura eficaz			
"Swap's" de taxa de juro variável	89.607	134.611	224.218
	<b>89.607</b>	<b>134.611</b>	<b>224.218</b>

### 13.8 Capital

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2011	2010
Capital social nominal emitido	50.000	50.000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	37.490	37.490
Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	12.495	12.495
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	5	5
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	5	5
Pragosa Ambiente, S.A.	5	5
	50.000	50.000
Capital por realizar	-	-

O capital social emitido é composto por 10.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

### 13.9 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de Dezembro de 2011:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
2501.002237.093	CGD	3.500	Galp Frota	Petrogal, S.A.	Consumo Combustíveis
2501.002350.493	CGD	682	Energia Eléctrica	EDP	Fornecimento Energia - Rua S. Pedro Arrifana
2501.002349.093	CGD	1.231	Energia Eléctrica	EDP	Fornecimento Energia - Encosta Casais de Brito
2501.002590.693	CGD	5.000	Obras na Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Abertura Vala EN1 do Km57+300 ao Km 57+445
2501.002609.093	CGD	5.000	Obras Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Obra EN3 do Km 4+500 ao Km 4+630D
2501.002608.293	CGD	14.100	Obras Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Obra EN1 do Km 60+422 ao Km 60+737-D e E
508 660	Caixa BI	1.000.000	Concessão	Município da Azambuja	Contrato de Concessão

Decorrente do contrato de concessão, existem compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço, relativos a Investimentos Futuros e previstos no Contrato de Concessão, que ascendem a cerca de 5.130.000 euros.

### 13.10 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas actividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - ▶ Risco de taxa de juro

R. 

- ▶ Risco de taxa de câmbio
- ▶ Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objectivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objectivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efectuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

#### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). Tal alteração tem um impacto directo no valor dos juros pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

A Empresa tem contratado um contrato de Swap por forma a mitigar o risco de taxa de juro.

#### **A evolução nas taxas de juro foi a seguinte:**

<b>Evolução das taxas do mercado monetário na zona Euro</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Euribor 12M	1,955%	1,507%
Euribor 6M	1,625%	1,227%
Euribor 3M	1,369%	1,006%

Fonte: Banco BPI

2. J J

De forma a gerir o risco de taxa de juro, a Empresa procura manter uma carteira variada de empréstimos concedidos e obtidos de taxa de juro fixa e de taxa variável. A contratação efectiva é a indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Taxa variável	1,73%	1,15%
Taxa fixa	3,21%	3,21%

#### Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à actividade operacional – clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

Devido ao facto de os clientes da Águas da Azambuja serem consumidores finais de água potável, as suas dívidas e subsequente o crédito estão seguros pela questão dos cortes de fornecimento. Os montantes individuais são reduzidos, na linha inferior aos 250.000 euros.

## 14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Remunerações do Pessoal	202.476	186.368
Indemnizações	2.162	-
Encargos sobre Remunerações	41.432	37.328
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.261	669
Gastos de acção social	6.081	2.798
Outros gastos com o Pessoal	(6.808)	(4.309)
	<b>246.604</b>	<b>222.854</b>

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2011 foi de 11 (2010: 11 pessoas).

## 15. Outras Informações

### 15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Saldo a Receber		
IVA	45.056	48.337
	<b>45.056</b>	<b>48.337</b>
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	3.445	1.792
Retenções Imposto sobre Rendimento	1.683	1.975
Contribuição para a Segurança Social	3.970	4.006
	<b>9.098</b>	<b>7.773</b>

### 15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2011	2010
Gastos a reconhecer		
Seguros	244	-
Rendas	2.049	1.986
Encargos Bancários	89.957	113.513
	<b>92.251</b>	<b>115.499</b>

Os rendimentos a reconhecer discriminam-se como se segue:

	2011	2010
Rendimentos a reconhecer		
Subsidio	15.096	-
	<b>15.096</b>	<b>-</b>

### 15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	-	(144.039)	(144.039)
	-	(144.039)	(144.039)
Remanescente da aplicação de Resultados	(144.039)	144.039	-
Resultado do ano	-	(96.019)	(96.019)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>(144.039)</b>	<b>(96.019)</b>	<b>(240.058)</b>
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	(144.039)	(96.019)	(240.058)
Remanescente da aplicação de Resultados	(96.019)	96.019	-
Resultado do ano	-	(273.931)	(273.931)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>(240.058)</b>	<b>(273.931)</b>	<b>(513.989)</b>

2.

## 15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Subcontratos	319.909	308.704
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	846.808	760.859
Publicidade e propaganda	1.994	1.741
Vigilância e segurança	1.674	2.507
Honorários	2.778	2.400
Comissões	1.497	1.563
Conservação e reparação	13.108	78.115
Outros Serviços Especializados	1.922	9.023
Materiais		
Ferramentas e utensílios	768	1.036
Livros e documentação técnica	20	117
Material de escritório	2.608	4.844
Artigos para oferta	-	860
Energia e Fluidos		
Electricidade	29.086	38.929
Combustíveis	16.571	15.689
Água	4.888	86
Outros Fluidos	446	153
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	3.273	2.834
Transportes de Mercadorias	-	17
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	47.779	47.023
Comunicação	58.886	67.073
Seguros	12.766	13.606
Contencioso e notariado	21.434	4.497
Despesas de representação	374	113
Limpeza, higiene e conforto	4.459	6.293
Outros	32.989	40.618
	<b>1.426.038</b>	<b>1.408.701</b>

## 15.5 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica Outros Rendimentos e Ganhos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Rendimentos Suplementares		
TRH	54.010	-
Outros	17.091	50.209
Ganhos em Inventários		
Correcções relativas a períodos anteriores	3.461	-
Imputação de Subsídios para Investimentos (Nota 23)	4.206	-
Outros não especificados	1.168	51.581
	<b>79.935</b>	<b>114.700</b>

## 15.6 Outros Gastos e Perdas

A rubrica Outros Gastos e Perdas decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Impostos	48.989	57.801
Dívidas incobráveis	3.905	-
Perdas em Inventários	1.033	38.155
Abates (Notas 7 e 8)	78	-
Outros Não Especificados	141	21.653
	<b>54.147</b>	<b>117.609</b>

## 15.7 Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Gastos de depreciação e de amortização		
Activos Fixos Tangíveis	17.254	16.772
Activos Intangíveis	48.027	44.053
	<b>65.281</b>	<b>60.825</b>
Reversões de depreciações e amortizações		
Activos Intangíveis	(8.002)	-
	<b>(57.279)</b>	<b>(60.825)</b>

## 15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Juros Obtidos		
De Depósitos Bancários	29	2
Atraso de pagamento de clientes	4.622	4.044
Outros Rendimentos Similares	-	19.542
	<b>4.651</b>	<b>23.588</b>

## 15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	127.735	102.038
Empresas de grupo	14.341	14.226
Mora e Compensatórios	675	6.694
Outros juros	532	-
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Comissões bancárias sobre empréstimos / financiamento	35.684	26.969
Serviços Bancários	21.046	29.102
Comissões Garantias	11.835	11.752
IPC Renda Concedente	18.642	-
Outros - Capitalização	(15.162)	158
	<b>215.326</b>	<b>190.938</b>

## 16. Aspectos Ambientais

Em 2011 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, exceptuando aqueles que se relacionam directamente com o objecto da sua actividade.

Em 2011 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

## 17. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 31 de Março de 2012.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração.

Desde 31 de Dezembro de 2011 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

R. X H S

## 18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

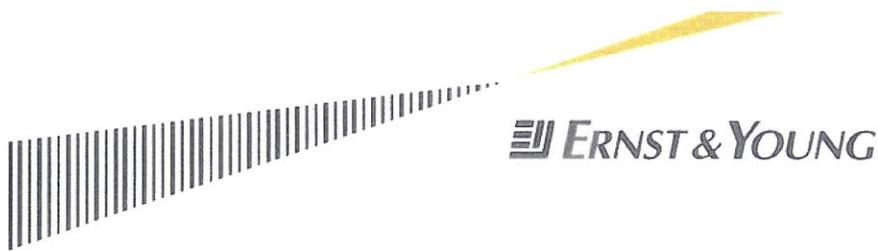
Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de Dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer acções próprias e nem efectuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2011, não foram efectuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota I deste relatório, é apresentada a estrutura accionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2011, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de Dezembro, cujo pagamento se efectuou em Janeiro de 2012, nos prazos legais.

R.  


---

**Relatório e Parecer do Fiscal Único**



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal  
Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas da Azambuja, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da Empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Empresa;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos accionistas e dos colaboradores da Empresa;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

### Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Águas da Azambuja, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2011 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2011 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de Dezembro de 2011, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 17 de Abril de 2012

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)  
Representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paulo Jorge Luís da Silva'.

Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)

*[Handwritten signature]*

**Certificação Legal das contas**

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas da Azambuja, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 5.555.597 Euros e um total de capital próprio de 78.921 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 273.931 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

- 7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas da Azambuja, S.A., em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

- 8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

#### **Ênfase**

- 9. Sem afectar a opinião sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o facto de, conforme referido na Nota 1 do Anexo, a Empresa apresentou à Câmara Municipal de Azambuja, no dia 24 de Junho de 2011, um pedido de revisão do Contrato de Concessão com o objectivo de que este processo negocial esteja aprovado até Agosto de 2012.

Lisboa, 17 de Abril de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)